



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TAMIRIS REGINA RIBEIRO SOUZA DE SOUZA

**DE HORTO FLORESTAL A FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER:
A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA-RJ**

Seropédica

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TAMIRIS REGINA RIBEIRO SOUZA DE SOUZA

**DE HORTO FLORESTAL A FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER:
A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA-RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a ser utilizado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof^o Dra. Karine Bueno Vargas

Seropédica

2022

Comissão examinadora:

Profa. Dra. Karine Bueno Vargas
Departamento de Geografia – UFRRJ
Orientadora

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira
Departamento de Geografia – UFRRJ
Avaliador 1

Pro. Dr. Heitor Soares de Farias
Departamento de Geografia – UFRRJ
Avaliador 2

Profa. Dra. Sarah Lawall
Departamento de Geografia – UFRRJ/IM
Suplente

“Não se realiza sozinho o que se sonha em comunhão.”

Agradecimentos

Não sei ao certo quando, mas em algum momento durante a graduação, decidi que não escreveria agradecimentos nominais no TCC, a lógica é simples: me parece extremamente difícil e injusto. E eu não gosto nem de dificuldade, nem de injustiça. Entretanto, sábias palavras me apontaram a necessidade de registrar alguns nomes, então, haverá poucos nomes por aqui, mas muitos agradecimentos.

Os suaílis acreditam que enquanto uma pessoa ainda é chamada pelo nome, mesmo depois de morta, ela não está realmente morta, está viva – é uma “morta-viva”. O nome eterniza a pessoa (nem que seja apenas por algumas gerações) e eu gosto da nominalidade. Acredito que o tratamento nominal aproxima, suaviza, dá leveza às relações, principalmente, na escrita. Maurice Halbwachs diz que ainda que as palavras e os pensamentos morram, a escrita permanece. Mas, às vezes, as palavras faltam, antes mesmo de serem escritas.

E aí é que está a questão: não agradeço nominalmente apenas porque seriam muitos os nomes, mas, principalmente, porque seriam poucas e insuficientes as palavras (e olha que eu gosto muito de palavras).

Por isso, agradeço a todos e todas. Agradeço aos que vieram antes e abriram os caminhos. Agradeço aos que intercedem e protegem os meus passos. Agradeço àqueles que caminham junto, sonham junto, fazem junto e seguem junto. Agradeço àqueles que ainda virão, que darão novos sentidos ao que já fizemos e terão muitos outros significados por fazer. Agradeço àqueles que aqui estão e não desistiram. Agradeço àqueles que lutam por justiça. Agradeço àqueles que com olhos e ouvidos atentos se propõem a fazer acontecer. Agradeço a cada um daqueles e daquelas que me inspiram (são os que andam comigo, porque estou sempre cercada pelos mais brabos). Agradeço àqueles que, sem pestanejar, oferecem a mão a quem precisa. Agradeço àqueles que não temem compartilhar o que sabem. Agradeço àqueles que não têm medo de viver. Agradeço àqueles que têm a ousadia de sempre carregar brilho no olhar e amor no coração.

Agradeço à minha orientadora, Karine Bueno Vargas, por ser uma personificação de todos os agradecimentos anteriores. Agradeço ao administrador da Flona Mário Xavier, Ricardo Luiz Nogueira de Souza, por incentivar as atividades de pesquisa e extensão na unidade. Agradeço a cada um daqueles e daquelas que compartilharam suas memórias conosco, por meio de rodas de conversa, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ao Programa de Extensão Guarda Compartilhada Flona Mário Xavier e ao Laboratório de Geografia Física Aplicada, por incentivarem e apoiarem as pesquisas de tantos

estudantes de graduação e pós-graduação. Agradeço também à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ, em especial, ao Programa de Bolsas Institucionais em Projetos de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos que, mesmo em um momento de pouco incentivo à ciência e de corte de bolsas, financiou por 3 anos a pesquisa que alimentou este trabalho de conclusão de curso.

Por fim, agradeço (e valorizo) especialmente aqueles que estiveram comigo até aqui. Porque eu não conseguiria sozinha. Nós fizemos juntos. E o que vier agora é lucro (e troféu).

RESUMO

Na Baixada Fluminense, região integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), está localizado o ponto de partida deste trabalho: o município de Seropédica. Sua história oficial começa a ser narrada, em 1995, data de sua emancipação, entretanto, a memória coletiva de sua população é anterior a esse marco. Tendo em mente que a memória é constituída por materialidades e imaterialidades, o presente trabalho, por meio da valorização da experiência vivida, buscou ir de encontro a novas narrativas acerca de um lugar de memória do município: a Floresta Nacional Mário Xavier (Flona MX), uma Unidade de Conservação (UC). Sua inauguração data de 1945 sob a categoria e nomenclatura de Horto Florestal de Santa Cruz, quando Seropédica ainda era reconhecida como distrito do município de Itaguaí. Utilizando as técnicas intituladas de “memória viva” (Calvente et al., 2003) e “análise de conteúdo” (Gil, 2008), foram realizadas rodas de conversas com ex-moradoras e funcionários da UC, revisão bibliográfica e pesquisa documental na Hemeroteca Digital Brasileira e em documentos da unidade. Foram traçados paralelos entre as mudanças na política ambiental brasileira, ao longo do século XX, e as recategorizações e renomeações da unidade. Foram encontradas relações entre os processos migratórios realizados para a região, entre os anos 1930 e 1940, e os trabalhadores da unidade. E foram feitas reflexões sobre a importância da Flona MX como um lugar de memória e a sua potencialidade enquanto um espaço de uso público.

Palavras-chaves: Floresta Nacional Mário Xavier; Memória Coletiva; Seropédica; Política Ambiental Brasileira; Espaço de uso público.

ABSTRACT

The starting point of this study is located in the Baixada Fluminense, a region that is part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RJ): the municipality of Seropédica. Its official history begins to be narrated in 1995, date of its emancipation, however, the collective memory of its population is prior to this milestone. Bearing in mind that memory is constituted by materialities and immaterialities, this paper, through the appreciation of lived experience, sought to find new narratives about a place of memory in the municipality: the Mário Xavier National Forest (Flona MX), a Conservation Unit (UC). Its inauguration dates from 1945 under the category and nomenclature of Horto Florestal de Santa Cruz, when Seropédica was still recognized as a district of the municipality of Itaguaí. Using the techniques called "living memory" (Calvente et al., 2003) and "content analysis" (Gil, 2008), conversations were held with former residents and employees of the UC and were realized bibliographic review and documentary research in the Brazilian Digital Library and in the unit's documents. Parallels were drawn between changes in Brazilian environmental policy over the 20th century and the unit's recategorizations and renaming. Relationships were found between the migratory processes that took place in the region, between the 1930s and 1940s, and the workers of the unit. And reflections were made about the importance of Flona MX as a place of memory and its potential as a space for public use.

Key words: Mário Xavier National Forest; Collective Memory; Seropédica; Brazilian Environmental Policy; Space for public use.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esculturas de storytellers do povo Jémez.....	12
Figura 2. Roda de conversa com ex-moradoras da Flona MX (à esquerda, integrantes do Programa de Extensão Guarda Compartilhada da Flona Mário Xavier e, à direita, ex-moradoras da unidade).....	28
Figura 3. Roda de conversa com ex-moradoras da Flona MX.....	28
Figura 4. Fazenda Nacional de Santa Cruz.....	34
Figura 5. Mapa do município de Itaguaí em 1952 – a área verde corresponde à Seção Piranema do NCSC.....	35
Figura 6. Área do Horto Florestal de Santa Cruz (anos 1940).....	37
Figura 7. Sede Administrativa do HFSC.....	38
Figura 8. Vila Operária do HFSC.....	39
Figura 9. Oficina de Carpintaria do HFSC.....	39
Figura 10. Capas de periódicos destacando a inauguração do Horto Florestal de Santa Cruz.....	43
Figura 11. Vista de vários talhões do HFSC.....	44
Figura 12. Manchetes de periódicos anunciando a distribuição de mudas e sementes no HFSC.....	45
Figura 13. Mapa de espacialização dos principais talhões arbóreos existentes na Flona Mário Xavier.....	46
Figura 14. Trecho de estrada construída pelo DNER na Eflex Santa Cruz.....	47
Figura 15. Reportagens sobre a distribuição de mudas de essências florestais pela Eflex Santa Cruz.....	49
Figura 16. Placa comemorativa da alteração do nome da Eflex.....	50
Figura 17. Vila Operária no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	55
Figura 18. Residência funcional no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	56
Figura 19. Horta comunitária no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	56
Figura 20. Cooperativa de Consumo dos Servidores do Horto Florestal (1955).....	58
Figura 21. Pomar existente em uma das casas do HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	58
Figura 22. Secretaria – sede administrativa do HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	61
Figura 23. Vista do viveiro de plantas ornamentais no HFSC (1955).....	62
Figura 24. Bandejas com sementes no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).....	63
Figura 23. Exsicata de sabiá sem espinho (1950).....	64

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz (1940-1949).....	29
Quadro 2. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz (1950-1959).....	30
Quadro 3. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz/Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz (1960-1969).....	31
Quadro 4. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz/Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz (1970-1979).....	31
Quadro 5. Reportagens da Estação Florestal de Experimentação de Mário Xavier/Floresta Nacional Mário Xavier (1980 - 1989).....	32
Quadro 6. Reportagens da Floresta Nacional Mário Xavier (1990-1999).....	33
Quadro 7. Espécies de essências florestais e ornamentais produzidas pela Eflex Santa Cruz disponibilizadas para festividades do Dia da Árvore, 1955.....	46
Quadro 8. Árvores frutíferas existentes nos pomares residenciais do HFSC/Eflex Santa Cruz.....	59
Tabela 1. Produção e distribuição anual de mudas na unidade (HFSC/Eflex/Flona MX).....	63
Tabela 2. Produção e distribuição anual de sementes (HFSC/Eflex/Flona MX).....	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo geral.....	14
2.2. Objetivos específicos.....	14
3. JUSTIFICATIVA.....	15
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4.1. A política ambiental brasileira no século XX: da criação do Código Florestal de 1934 à Rio-92.....	16
4.2. Espaços de uso público como lugares de memória.....	23
5. MATERIAIS E MÉTODOS.....	27
6. DE HORTO FLORESTAL A FLORESTA NACIONAL: CATEGORIZAÇÕES DA UNIDADE.....	34
6.1. A construção do Horto Florestal de Santa Cruz.....	34
6.2. A Estação Experimental: de Santa Cruz a Mário Xavier.....	45
6.3. A Floresta Nacional Mário Xavier: uma Unidade de Conservação.....	50
7. MEMÓRIAS (E USOS) DE UMA FLORESTA CONSTRUÍDA.....	54
7.1. Sementes e raízes: a fixação do grupo ao lugar e o cultivo da floresta.....	55
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
9. REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Era uma vez, *once upon a time*, *il était une fois*... a contação de histórias se torna parte de nossas vidas, muitas vezes, ainda na infância, na forma de contos de fada, fábulas e lendas folclóricas. Essas narrativas frequentadas por sereias, dragões e magia, apesar de serem facilmente associadas exclusivamente às crianças, que ainda não dominam o complexo código da leitura-escrita, estão presentes no cotidiano de diversos povos ao redor do mundo, sendo permeadas de saberes tradicionais, acontecimentos históricos e fatos reais.

Na América do Norte, na região do Novo México, integrantes do povo *Jémez* confeccionam esculturas de *storytellers*, narradores da memória coletiva (figura 1). Esses personagens são recobertos de pessoas que brotam de seus corpos, que representam, ao mesmo tempo, aqueles que escutam as histórias e aqueles que antes compartilharam suas memórias com os contadores (GALEANO, 2019; PUEBLO, 2022; WHATLEY, 1993).

Figura 1. Esculturas de *storytellers* do povo *Jémez*



Fonte: Tsosier, [s.d.]; Tsosier, [s.d.].

Na África Ocidental, entre diversos povos, como Hauçás, Mandingas e Fulas, os *griots* são responsáveis pela transmissão dos saberes e costumes ancestrais, por meio de danças, cantos e histórias. Sua oralidade é considerada sagrada, transmissora da paz, sendo eles encarregados da mediação de conflitos e tratados comerciais (LUZ, 2013; MAWON, 2019).

No Oriente Médio, na região do Curdistão turco, os *dengbêj* são aqueles que cantam a história, a geografia e a cultura de seu povo. A limitação do uso da língua curda na Turquia,

desde a década de 1920, ameaçou a tradição, mas ela ainda se mantém viva (PESSUTO, 2021; VIES, 2022).

A cultura oral, movida pela narração das memórias e costumes de um povo, aproxima o passado, o presente e o futuro. Concretiza o passado não como aquilo que passou, mas como o que fica do que passou (Tavares, 1999 *apud* Conceição, 2020), possibilitando a construção de um futuro que não começa no hoje, mas que se mostra como continuidade de um fluxo de práticas, saberes e tradições.

A oralidade anda de mãos dadas com a memória (individual e coletiva), já que sua principal característica é ser transmitida de geração em geração pela fala, sem ser composta pela grafia (escrita). Ao mesmo tempo, a memória coletiva, ou seja, a memória que emerge e que carrega aquilo que está presente na consciência de um grupo social, mais do que contar a história desse grupo, conta a história do lugar que recebeu a marca desse grupo (ABREU, 1998). Pois "não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial" (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Por representar a memória de um lugar, a memória coletiva pode ser ilustrada por marcas na paisagem. Entretanto, a percepção das sociedades ocidentais de reconhecerem o passado como um âmbito temporal distinto do presente (Lowenthal, 1998), somada à aceleração do processo de produção capitalista tem provocado a dissolução dessas memórias (NORA, 1993). Seja pelas mudanças nas relações sociais ou pelas transformações da paisagem, cria-se a necessidade de consagrar instituições protetoras da memória coletiva, os chamados "lugares de memória" (NORA, 1993).

A partir desta perspectiva, buscamos, ao longo do presente trabalho, apresentar os resultados da investigação sobre o processo de construção da Floresta Nacional Mário Xavier (Flona MX), uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, localizada no município de Seropédica, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Através de revisão bibliográfica, pesquisa documental e rodas de conversa com pessoas que viveram a unidade em diferentes momentos, tentou-se aliar registros históricos e memórias orais, para reconstruir a trajetória dos usos e funções desta atual UC, um lugar de memória para Seropédica, que foi inaugurado em 1945 como Horto Florestal de Santa Cruz, e atravessou diferentes momentos da política ambiental brasileira, ao longo do século XX.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Investigar o histórico de criação do Horto Florestal de Santa Cruz e seus diferentes usos e funções até a transformação em Floresta Nacional Mário Xavier, em meio às mudanças nas políticas públicas ambientais no Brasil.

2.2. Objetivos específicos

- Identificar as políticas públicas ambientais que influenciaram as transformações de uso e função da Flona MX.
- Reconhecer a importância dos espaços de uso público e dos lugares de memória para o fortalecimento do pertencimento sócio-ambiental.
- Discutir sobre a importância social, cultural e ambiental da Flona MX para o município de Seropédica.

3. JUSTIFICATIVA

Compreendemos que a formação socioespacial de um município diz respeito não apenas a sua delimitação territorial, abrangendo também suas construções físicas e o estabelecimento de suas relações socioculturais. Esse processo formativo se dá a partir de inúmeros fenômenos e acontecimentos que, muitas vezes, se perdem no decorrer da história oficial, permanecendo apenas no campo do discurso e da memória.

A memória se faz presente na comunidade, não apenas na oralidade, mas também nas materialidades. Neste trabalho, buscamos aliar a memória coletiva carregada por ex-moradoras e funcionários da Floresta Nacional Mário Xavier, ao mesmo tempo, que reivindicamos a UC como um “lugar de memória” (Nora, 1993) para o município de Seropédica, tendo em vista seu potencial socioambiental, seu pioneirismo na produção científica e no processo de ocupação do município e sua importância atual enquanto um espaço de uso público em um território da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Lembrando que, se o que os lugares de memória “defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los” (NORA, 1993, p. 13). E que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988), como salienta o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Observamos a importância da experiência vivida para os estudos geográficos (Silva e Dias, 2017) e ponderamos que “a memória é a vida” que “emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer [...] que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9). Seguimos assim relacionando a memória coletiva, a Flona Mário Xavier, o direito ao meio ambiente e a construção histórica do município de Seropédica.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. A política ambiental brasileira no século XX: da criação do Código Florestal de 1934 à Rio-92

Considerando política ambiental como o “conjunto de normas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação do homem sobre o meio ambiente” (Rissato e Spricigo, 2010, p. 2) e que a política ambiental pública “consiste na ação governamental com o intuito de orientar e de intervir na atividade dos agentes econômicos a fim de tornar mais eficiente a alocação dos recursos naturais e de minimizar os custos sociais decorrente do seu uso indevido ou abusivo” (Rissato e Spricigo, 2010, p. 2-3), podemos definir que a política ambiental brasileira (capitaneada pelo Estado) tem início no século XX.

Alguns estudiosos, como Moura (2016), apontam que as políticas ambientais tiveram seu pontapé inicial na década de 1930, com a elaboração de normas relacionadas à gestão dos recursos naturais, como o Código Florestal Brasileiro e o Códigos de Águas, em 1934. Já outros pesquisadores, como Sousa (2005), defendem que a política ambiental brasileira começa apenas na década de 1970, argumentando que do pós-2ª Guerra Mundial até 1972 (ano da realização da Conferência de Estocolmo), existiam apenas políticas setoriais e não uma ação governamental coordenada a respeito da questão ambiental (apontamento com o qual Moura (2016) também concorda).

Independente da abordagem que se faça, é importante pontuar que o Brasil não está descolado de processos globais de transformações no modo de pensar e produzir, no que diz respeito à política, à economia e à cultura.

Por quase 4 séculos, o Brasil foi parte do domínio colonial de Portugal¹, sendo caracterizado como uma colônia de exploração. Os explorados, além dos nativos da terra e dos africanos sequestrados e feitos cativos, eram os recursos naturais. É com a chegada europeia à Pindorama (do tupi, “lugar das palmeiras”) que a terra é transformada em território alheio e as riquezas naturais são transformadas em recursos, não porque os povos que aqui viviam¹ não estabelecessem suas próprias territorialidades ou relações com os frutos da terra, mas porque o modo de se relacionar com o espaço e com o que a terra produz é completamente transformado, a partir de uma ótica quase exclusiva de extração e exploração,

¹ Os números divergem, mas estima-se que, à época da chegada dos europeus, viviam entre 1 e 5 milhões de pessoas no atual território brasileiro (Funai, 2013), organizados em diferentes povos.

tanto as terras quanto os recursos passam a ter um único dono: a Coroa Portuguesa (CÂMARA, 2013).

O mesmo processo se reproduziu por toda a América e por outras partes do mundo, em cada uma delas com suas particularidades. O Brasil se caracterizou, inicialmente, como um polo de exploração vegetal, a extração de pau-brasil das matas litorâneas que, além de sua madeira, era valorizado por sua seiva, que é vermelha como brasa, foi logo substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Com o crescimento da produção de cana nas ilhas do Caribe e a sucessiva descoberta de ouro nas Minas Gerais, o ciclo econômico da cana de açúcar foi sucedido pelo ciclo do ouro. A extração vegetal recebeu a companhia da extração mineral e reafirmou o Brasil como um território produtor de matérias primas na Divisão Internacional do Trabalho.

A exploração das riquezas naturais das colônias pelo mundo propiciou a acumulação de capital nas metrópoles europeias e o desenvolvimento de tecnologias que tornaram possível a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra. A partir desse momento, de fato, o meio ambiente passa a ser concebido como um “acessório do desenvolvimento e não como parte intrínseca dele” (RISSATO e SPRICIGO, 2010, p. 1). A Revolução Industrial é um momento marcante para o que depois vai ser chamado de política ambiental, pois é a partir dos seus impactos sobre o ambiente que diferentes grupos vão reivindicar novas formas de lidar com a natureza.

Câmara (2013, p. 129) defende que, da chegada dos colonizadores europeus até a década de 1930, a governança ambiental brasileira, ou seja, o “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (Cavalcante, 2004, *apud* Câmara, 2013):

pautou-se em normas nacionais emanadas pelo governo central que tinham cunho punitivo, com ações de comando e controle voltadas para assegurar a produtividade e o desenvolvimento econômico, e com pouca atenção ao uso sustentável ou de longo prazo dos recursos naturais (CÂMARA, 2013, p. 129).

Dessa forma, as medidas relacionadas ao uso e ocupação do solo e aos frutos da natureza implementadas desde a regência colonial até a República, tinham finalidade de controle e punição, com medidas como o regimento do Pau-Brasil de 1605, que estabelecia o limite de exploração em 600 toneladas por ano, e o Código Criminal de 1830 que determinava penas pelo corte ilegal de árvores (CÂMARA, 2013). Cerca de 100 anos depois, já na década

de 1930, o cenário havia mudado, não apenas no contexto sociopolítico nacional, mas também na política internacional.

Em meados do século XIX, ganhou força nos Estados Unidos uma concepção de proteção da natureza baseada na criação de espaços reservados, cujo uso e acesso eram controlados pelo poder público (CAMPOS *et al.*, 2011). Esses espaços eram áreas naturais classificadas como de grande beleza estética e eram destinados ao desfrute das elites e classes médias urbanas que desejavam entrar em contato com a natureza em seus momentos de lazer (Campos *et al.* 2011; Diegues, 2008), esses espaços deveriam se manter intocáveis, “selvagens”, ou seja, sem alterações humanas, mesmo que fossem habitados. Então, para cumprir esse objetivo, era necessário retirar os que viviam nessas terras, em geral, povos indígenas. Essa visão possibilitou a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, o primeiro do tipo do mundo.

A ideia-modelo logo se espalhou pelo ocidente (e recebeu críticas posteriores também) e, nos anos seguintes, ganhou adeptos em diferentes países. No Brasil, o primeiro a reivindicar a construção de um parque nacional foi o engenheiro e abolicionista André Rebouças, que, em 1876, defendeu a criação de dois Parques Nacionais: Sete Quedas (PR) e Ilha do Bananal (TO). Sua intenção era “preservar um patrimônio natural de valor inestimável e atrair visitantes ricos para visitá-lo” (FRANCO *et al.*, 2015, p. 94).

Em 1921, por meio do Decreto nº 4.421, foi criado o Serviço Florestal do Brasil, como uma seção especial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de promover a conservação, o beneficiamento, a reconstituição, a formação e o aproveitamento das florestas. O artigo 2º ressalta que “para os efeitos desta lei serão considerados florestas não só as áreas actualmente cobertas de vegetação de alto e médio porte, como também aquellas em que se pretenda desenvolver essa vegetação, para defesa de salubridade e augmento da riqueza publica” (BRASIL, 1921).

Entretanto, são os anos 1930 o ponto de virada para o início de uma trajetória de políticas ambientais no Brasil, mesmo que de maneira setorizada e pouco articulada, com foco na racionalização do uso e exploração dos recursos naturais (Câmara, 2012), devido ao contexto de políticas desenvolvimentistas, que visavam as necessidades da crescente indústria brasileira.

A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 10º, determinava que “concorrentemente à União e aos Estados: (iii) proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico” (BRASIL, 1934a). A proposta de proteção das belezas naturais, além de estar sintonizada com a ideia-modelo dos parques nacionais estadunidenses

de proteção das belezas selvagens, passa a integrar o imaginário social brasileiro, alcançando no samba-exaltação² um dos seus grandes expoentes, tornando-se um dos marcos da identidade brasileira.

No ano de 1934 também é publicado o primeiro Código Florestal brasileiro (Decreto nº 23.793) e o Código de Águas (Decreto nº 24.643/34). O Código Florestal é o primeiro instrumento a definir as tipologias de áreas a serem especialmente protegidas (Campos *et al.*, 2011), determinando que as florestas existentes no território nacional constituem bem de interesse comum a todos os habitantes (BRASIL, 1934b).

Em 1937, a proposta de André Rebouças (e de diversos grupos que endossaram sua ideia) foi realizada, por meio do Decreto Federal nº 1.713, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia (RJ), o primeiro desta categoria no Brasil. Diversas são as justificativas para a escolha do local, entre elas, destacam-se seu caráter científico e sua capacidade de atração turística (BRASIL, 1937).

Entre as décadas de 1940 e 1950, outras políticas setoriais são aprovadas, como o Código de Minas (Decreto-Lei nº 1.985/40) e o Código das Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/45).

Para a política ambiental pública brasileira, a década de 1960 tem dois marcos principais. Em 1965, dá-se a aprovação do novo Código Florestal (Lei nº 4.771) que, em seu artigo 1º, reafirmava as florestas como “bens de interesse comum a todos os habitantes do país” (BRASIL, 1965) e criava novas tipologias, como as Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal. Em 1967, há a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF – Decreto-Lei nº 289), uma autarquia integrante do Ministério da Agricultura, que, além de elaborar os planos de florestamento e reflorestamento nacionais:

destina-se a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor (BRASIL, 1967).

O final dos anos 1960 e início de 1970 marcaram uma mudança de chave para a política ambiental no mundo, com um aumento da influência externa na confecção da política

² O samba-exaltação é um subgênero do samba marcado pelo caráter ufanista de exaltação das belezas naturais e da grandeza do país. Seu marco fundante é o ano de 1939, quando Ary Barroso lançou "Aquarela do Brasil". Esse gênero musical esteve muito ligado ao governo Getúlio Vargas, que promoveu inclusive o patrocínio de escolas de samba que, devidamente aprovadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), exaltavam o trabalho, o governo e o Brasil (LUCENA, 2015).

A exaltação das belezas naturais pelo samba se manteve no imaginário e na construção popular, como em Aquarela Brasileira (1964) de Silas de Oliveira e País Tropical (1969) de Jorge Ben Jor.

ambiental brasileira, principalmente, em decorrência do fortalecimento e maior articulação de diferentes movimentos ambientalistas.

Do ponto de vista interno, o Brasil experienciava um novo “boom” da industrialização, ao mesmo tempo, que vivia uma Ditadura Empresarial-Civil-Militar (1964-1985) de cunho desenvolvimentista. Os impactos ambientais desse momento foram grandiosos, dando origem à organização de demandas populares, em especial, como consequência aos efeitos da poluição industrial (CÂMARA, 2013; MOURA, 2016).

Do ponto de vista externo, em 1972, foi publicado o relatório “Limites do Crescimento”, organizado pelo Clube de Roma e pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), que enfatizava a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais (MOURA, 2016). Em 1972, aconteceu também, na cidade de Estocolmo (Suécia), a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (também chamada de Conferência de Estocolmo), presidida pelo canadense Maurice Strong. A Conferência foi responsável pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e foi marcada por uma enfática atuação do Brasil.

A Conferência de Estocolmo foi palco de um grande embate centro-periferia ao redor do “desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2011). Baseado no relatório do Clube de Roma e no documento base da Conferência “*Only one Earth: the care and maintenance of a small planet*” (*Uma só Terra: o cuidado e a manutenção de um pequeno planeta*), os “países desenvolvidos” declararam que o controle populacional e a redução do crescimento econômico seriam a solução para os problemas ambientais. O Brasil, liderando o bloco dos países do chamado Terceiro Mundo (77 países do total de 113), mesmo reconhecendo a ameaça da poluição ambiental, defendeu que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome das questões ambientais, porque a principal poluição é a miséria (SOUSA, 2005; RISSATO e SPRICIGO, 2010; MOURA, 2016; SILVA *et al.*, 2019).

De acordo com os autores supracitados, a delegação brasileira levantou a bandeira da soberania nacional, sob o fundamento de que todas as nações detém o direito de explorarem seus próprios recursos da maneira que quiserem, defendendo que não existia relação entre o crescimento populacional e a exaustão de recursos, além de afirmar que cabia aos países desenvolvidos o pagamento pelos esforços para evitar a poluição ambiental, já que competia a eles grande parte do problema ambiental existente.

Em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) (Decreto nº 73.030) ligada ao Ministério do Interior, passando a dividir com o IBDF a responsabilidade

pela gestão e fiscalização da política ambiental (Campos *et al.*, 2011), com atuação voltada à questão da poluição.

A década de 1980 se iniciou com o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – Lei nº 6.938), cujo objetivo é “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981). Através da PNMA, definiu-se que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981) e se criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), integrado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Além de seu caráter descentralizador, a PNMA destacou a exigência do licenciamento ambiental em todo o território nacional. Esses processos levaram à ampliação do debate com as populações atingidas ou interessadas nos empreendimentos causadores de impactos ambientais (CÂMARA, 2013).

Em 1987, foi publicado o Relatório “Nosso Futuro Comum”, integrante do PNUMA, coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que impulsionou, internacionalmente, o ideal do “desenvolvimento sustentável”. Conforme aponta Oliveira (2011, p. 95):

O desenvolvimento sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e “incompleto”, que o diferenciava da proposta de “crescimento zero”, discutida na Conferência de Estocolmo, e que se chocava com os interesses do capitalismo em sua constante ampliação dos lucros (OLIVEIRA, 2011, p. 95).

Em 1988, a nova Constituição Federal do Brasil apresentou um capítulo voltado ao meio ambiente, composto pelo Artigo 225, que declara: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). E também abordou a temática ambiental ao tratar de temas distintos, como os princípios da atividade econômica e o gerenciamento de recursos hídricos.

Em 1989, foram instituídas a SEMA e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama – Lei nº 7.735), uma entidade autárquica com autonomia administrativa e

financeira, cuja finalidade era de “formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis” (BRASIL, 1989).

Em 1988, no âmbito da PNMA, o IBDF com o intento de estabelecer uma política abrangente sobre as Unidades de Conservação encomendou um anteprojeto de lei que, em 1989, foi entregue ao Ibama e que, em 2000, foi promulgado (após muitos debates e postergações), como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (CAMPOS *et al.*, 2011).

As políticas ambientais dos anos 1990 vieram acompanhadas de um novo paradigma: o neoliberalismo. O primeiro apontamento dessa nova realidade foi a escolha do Rio de Janeiro como sede da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), 20 anos após a liderança do Brasil nos embates com os países desenvolvidos na Conferência de Estocolmo. Essa escolha foi estratégica, como salienta Oliveira (2011, p. 95-96):

a escolha do local de realização de uma conferência possui um código geográfico que obedece a uma logística geopolítica pertinente aos seus objetivos primordiais: ou seja, a decisão da ONU em realizar uma conferência desta envergadura no Rio de Janeiro possui profunda relação com as garantias de aceitação das regras do neoliberalismo pelo Brasil, combinada com o fato da presença em território brasileiro da maior biomassa de diversidade do planeta. A escolha da cidade do Rio de Janeiro continha apelo simbólico dentro do contexto político-econômico, e atmosfera social (forjada) que favorecia a assinatura e celebração dos acordos premeditados (OLIVEIRA, 2011, p. 95-96).

No período anterior à Rio-92, segundo Sousa (2005), o Brasil desenvolveu diferentes medidas para atender às demandas da opinião pública internacional: bombardeou campos de pouso dos garimpos, demarcou as terras indígenas Yanomami, criou uma Comissão Interministerial de Meio Ambiente (Cima), coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, entre outros. Ao mesmo tempo, essas atitudes se mostraram como indícios de que a questão ambiental ganharia um novo status na política externa brasileira. O mesmo se deu no período posterior ao evento, a poluição industrial e a gestão do ambiente urbano foram apresentadas como prioridades de articulação entre União, estados e municípios; o que estava integrado aos documentos e declarações produzidos pela Rio-92, como a Agenda 21, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

A década de 1990 foi essencial para todas as políticas ambientais produzidas posteriores a ela. Alguns autores denominam esse momento como o do estabelecimento de uma “ordem ambiental internacional” (Ribeiro, 1999, *apud* Silva *et al.*, 2019, p. 597), com a realização de grandes conferências ambientais de cunho global, imperativos ambientais de organizações multilaterais e estabelecimento de sistemas de qualidade ambiental, como a série ISO 14000 (que fixa diretrizes sobre a gestão ambiental). Esse processo foi acentuado pelas inovações tecnológicas e pela biotecnologia e engenharia genética, que tornaram todos os seres vivos e microorganismos “recurso natural potencial” (Silva *et al.*, 2019, p. 597), ampliando a concepção do que é recurso natural e, conseqüentemente, a forma de fazer políticas ambientais em todo o mundo. O que se apresenta também no Brasil, que salientou a importância de “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Mais uma vez, o embate centro-periferia se estabelece³, já que os países que detêm as tecnologias capazes de lidar com sequenciamento genético, nem sempre são aqueles que abrigam os seres vivos que são a fonte de interesse, criando um grande choque nas relações internacionais, que passam a ser mediadas pelos mecanismos e acordos recém-criados.

4.2. Espaços de uso público como lugares de memória

As cidades modernas europeias são resultado da 1ª Revolução Industrial, o que, à princípio, parece distante temporal e espacialmente, na verdade, ditou a tendência geral de organização das cidades nos países colonizados pelos europeus. Mais do que fruto da industrialização em si, as cidades se constituíram como consequência das relações de produção capitalista (Indovina, 2002), sendo edificadas a partir das relações sociais de produção.

No século XIX, a materialização da Revolução Industrial no espaço urbano ganhou novos contornos com as reformas urbanas europeias, como a Reforma Haussmann (1853-1870) em Paris, responsável pela abertura de *boulevards* e pela criação de espaços públicos. Por uma via de mão dupla, sua motivação estava ligada à tentativa de mitigar os efeitos da industrialização: diminuindo os impactos da poluição ambiental (em especial, no

³ Vale ressaltar que esse embate percorre todo este capítulo. Desde o processo de domínio colonial que firma a lógica global de centro-periferia até as ideias-modelos de modos de preservar a natureza e as grandes conferências ambientais do século XX.

que diz respeito à circulação do ar e à falta de saneamento básico) e reforçando o controle social de uma população insatisfeita (com classes trabalhadoras cada vez mais prejudicadas com a pouca representação política e a baixa qualidade de vida) (MENDONÇA, 2007).

A inserção da praça, do parque e dos *boulevards* no cotidiano da cidade modificaram não apenas o planejamento urbano, mas também os hábitos sociais. Inicialmente, esses espaços foram apropriados pelas elites urbanas e, depois, se tornaram demandas das classes populares para que se espraiassem pelas cidades, não ficando concentradas apenas em seus centros (MENDONÇA, 2007).

Mendonça (2007) aponta que os espaços públicos formalmente constituídos são a rua, a praça e o parque. A rua é o espaço de circulação, “relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e idéias” (LAMAS, s/d, p. 100, *apud* MENDONÇA, 2007, p. 298). A praça é o local do encontro propriamente dito, das manifestações comunitárias. O parque é a estrutura destinada às atividades recreativas, marcado pela presença de vegetação, sendo caracterizado por ser uma área verde (CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 28, *apud* MENDONÇA, 2007, p. 300).

Já Indovina (2002) ressalta que há os espaços públicos, aqueles nos quais a propriedade ou gestão estão a cargo de um órgão público, e há os espaços de uso público, aqueles onde o estatuto jurídico pode ser público ou privado, mas cujo acesso é liberado aos diferentes públicos, ou seja, nos quais a função está relacionada à utilização do público. É importante também distinguir o que seria o público, Gomes (2018) explica que:

“O público se constitui de uma reunião de entes, indivíduos, com qualidades, interesses, valores e projetos diversos. A convivência impõe regulações e limites para a satisfação parcial desses diferentes interesses. [...] A reunião é também física, se passa sobre um espaço, objeto ele também de regulações e limites, exprimindo na sua organização material os pactos e convenções.” (GOMES, 2018, p. 117)

Dessa forma, ao falarmos sobre espaços públicos não estamos nos referindo exclusivamente a espaços sem normas ou regulações de acesso. Existem espaços públicos, como tribunais e câmaras legislativas, onde, apesar da propriedade ser pública, o acesso se dá de forma altamente restrita e regulada. Entretanto, o estatuto de espaço público só é angariado de acordo com a estrutura e a vivência daquele espaço, isto é, só é conquistado quando a sociedade utiliza e compreende aquele espaço como um espaço de uso público, independentemente de seu *status* jurídico e forma de acesso (CARVALHO, 2005; GOMES, 2018).

Contudo, nas últimas décadas, a aceleração nos modos de consumo e a transformação dos hábitos sociais têm se refletido no espaço por meio da introspecção da vida pública (NORA, 1993; MENDONÇA, 2007). Os espaços públicos que eram parte do cotidiano passaram a integrar as lembranças coletivas, tornando-se parte da memória das comunidades e sendo substituídos, principalmente, pelos espaços privatizados e monitorados, criados sob o rótulo da máxima segurança, como *shoppings centers* e centros comerciais (CALDEIRA, 2000; MENDONÇA, 2007).

Assim, os espaços públicos estão sendo transformados em importantes "lugares de memória", guardando não apenas as memórias dos hábitos e costumes de uma comunidade, mas também da forma de organização e manifestação das cidades. Para Nora (1993), os lugares de memória são aqueles que guardam a memória coletiva, são os lugares aos quais consagramos nossas memórias, quando não mais a habitamos, quando os acontecimentos deixam o nosso cotidiano e passam a habitar apenas as nossas lembranças.

A memória, apesar de ser reconhecida como uma categoria psicológica relacionada à capacidade de armazenamento individual, quando coletivizada, pode ser compreendida como um "elemento essencial da identidade de um lugar" (ABREU, 1998, p. 82). Para Halbwachs (1990), primeiro conceituador da expressão "memória coletiva", a memória se ancora no espaço, sendo pertencente aos grupos vivos que dela compartilham. A memória, assim, não é única, ela é compartilhada pelo grupo social, havendo tantas memórias quantos grupos vivos existam. Dessa forma, ao falarmos de um espaço público, falamos de diversas memórias coletivas, pois a quantidade de memórias coletivas sobre aquele espaço é correspondente à quantidade de grupos que utilizam e compreendem aquele espaço como espaço (de uso) público.

“O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao mesmo, naquilo que havia nela de mais estável.” (HALBWACHS, 1990, p. 133)

Gomes (2018) ressalta essa importância da multiplicidade do espaço de uso público, apontando que uma de suas principais características é o seu poder de comunicação. Como receptor de diferentes grupos sociais, o espaço público não é o lugar da harmonia, mas o lugar da manifestação da heterogeneidade social, onde (mesmo sem querer) os diferentes se encontram e manifestam sua forma de ser, sendo, por isso, um espaço político. Assim, ao ser

consagrado como um lugar de memória, um espaço de uso público passa a ser o guardião das memórias de diferentes grupos sociais, de seus costumes, de suas manifestações culturais e de suas expressões políticas.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada para o desenvolvimento do presente trabalho é continuidade de dois projetos de pesquisa realizados no âmbito do Programa de Bolsas Institucionais em Projetos de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos da UFRRJ. O primeiro intitulado “Conhecendo a Memória Viva da Flona Mário Xavier e Fortalecendo o Pertencimento Socioambiental Seropedicense” foi realizado entre setembro de 2019 e agosto de 2020. O segundo, cujo título é “Memória Viva da Flona Mário Xavier: Educação Ambiental para promoção do pertencimento socioambiental”, esteve em vigor de setembro de 2020 a agosto de 2022.

A pesquisa teve início com a realização de revisão bibliográfica sobre a história e o processo de construção da Flona Mário Xavier. Apesar de escassas, as fontes encontradas foram de grande importância para basear o trabalho e serviram como direcionamento das possibilidades a serem seguidas e das narrativas que podiam ser estabelecidas⁴.

Em seguida, a pesquisa foi desenvolvida a partir da utilização de duas técnicas: “memória viva” (Calvente *et al.*, 2003) e “análise de conteúdo” (Gil, 2008). A primeira foi empregada na realização de rodas de conversa e a segunda, na pesquisa documental.

A denominação “memória viva” é desenvolvida, na década de 1980, a partir da Educação Ambiental, e pode ser entendida como:

As imagens conservadas na memória. É voltar a sentir sensações de alegria e tristeza de fatos vividos. É conhecer, recriar, reconstruir e retratar os fatos ocorridos no passado e, com visão crítica e de análise, associar as mudanças do meio no decorrer dos tempos (CETESB, 1986, p. 47, *apud* CALVENTE *et al.* 2003).

Segundo Calvente (*et al.*, 2003), o foco deste método é o lugar e as memórias acerca da transformação do lugar; o que, aliado ao fato de ser aplicado (e pensado) por não especialistas em História, diferencia a memória viva da História oral.

Nesta pesquisa, a memória viva esteve presente na realização de duas rodas de conversa, ambas realizadas na Flona Mário Xavier. A primeira contou com a participação de 3 ex-moradoras da unidade, Denise Senna de Souza, Marize dos Santos Soares e Neise Aparecida Pontes Xavier, e foi realizada no dia 10 de dezembro de 2019 (figuras 2 e 3). A segunda foi realizada no dia 23 de novembro de 2021 e teve a participação de Abílio

⁴ Atualmente, um importante acervo das produções científicas realizadas na Flona MX é o "Banco de Dados das publicações científicas da Flona Mário Xavier", disponível em: <https://bancodedadosflonamx.blogspot.com/>.

Gonçalves, Jair Costa⁵ e Roosevelt Antunes, funcionários da Flona MX. A partir das rodas de conversa, que foram gravadas e, posteriormente, transcritas, pudemos obter informações sobre o cotidiano na unidade de perspectivas distintas, de pessoas que atuaram e viveram a unidade, em momentos históricos diferentes.

Figura 2. Roda de conversa com ex-moradoras da Flona MX (à esquerda, integrantes do Programa de Extensão Guarda Compartilhada da Flona Mário Xavier e, à direita, ex-moradoras da unidade).



Fonte: foto tirada por Ricardo Souza, 2019.

Figura 3. Roda de conversa com ex-moradoras da Flona MX.



Fonte: foto tirada pela autora, 2019.

⁵ Jair Costa é ex-funcionário da Flona MX, estando atualmente, aposentado. Contudo, trabalhou na unidade de novembro de 1965 a junho de 2021, sendo o funcionário mais longevo do local. Em 2018, foi homenageado dando nome ao Centro de Vivência da UC, batizado como Centro de Vivência Jair Costa.

Na pesquisa, nos referimos a ele como funcionário, pois é a partir dessa perspectiva que ele ativa suas memórias falando sobre as mudanças no lugar.

Ao mesmo tempo, realizamos pesquisa documental, em duas fontes: o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, disponibilizada pela Biblioteca Nacional⁶, e o acervo da Flona Mário Xavier. Com a pesquisa documental, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, que é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BERELSON, 1952, p. 13, *apud* GIL, 2008, p. 152). A análise de conteúdo se desenvolve em 3 fases: (a) pré-análise (organização e escolha do material); (b) exploração do material (recorte, enumeração e classificação do material); (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95, *apud* GIL, 2008, p. 152).

Iniciamos a pesquisa documental pelo acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, onde é possível realizar buscas a partir de 3 pontos de partida:

- periódico: havendo disponibilidade de 7.972 periódicos;
- período de tempo: de 1740 a 2022, organizados por décadas;
- local de publicação: estão disponíveis todos os estados brasileiros e localidades estrangeiras, como Buenos Aires (Argentina) e Paris (França).

A fase de pré-análise foi constituída a partir da delimitação do período de tempo (1940-1999), que foi escolhido levando em consideração o período de construção e de transformações de uso, função e categoria da UC, que estão concentradas no século XX. Na pré-análise, também foram delimitadas as expressões que seriam pesquisadas (relacionadas às diferentes nomenclaturas que a Flona MX teve desde sua fundação, como Horto Florestal de Santa Cruz). Os quadros a seguir (1, 2, 3, 4, 5 e 6) constituem a fase de exploração do material e são compostos pelo período e expressão pesquisados, o nome do periódico, o local de publicação (estado), a quantidade de ocorrências (ou seja, o número de vezes que a expressão pesquisada constou em um periódico naquele período de tempo) e a disponibilidade para *download* da página do periódico:

Quadro 1. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz (1940-1949)

1940 – 1949 Expressão pesquisada: “Horto Florestal de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
A Manhã	RJ	25	Sim
A Noite	RJ	9	Sim

⁶ Hemeroteca é uma coleção de periódicos e publicações seriadas, como jornais, revistas, anuários e boletins. A Hemeroteca Digital Brasileira se encontra disponível no seguinte endereço: <https://memoria.bn.br/>.

Correio da Manhã	RJ	7	Sim
Gazeta de Notícias	RJ	6	Sim
Rodriguésia	RJ	4	Sim
Diario de Notícias	RJ	3	Sim
O Campo	RJ	2	Sim
Diario da Noite	RJ	2	Não
Jornal do Commercio	RJ	2	Não
Relatórios do Ministério da Agricultura	RJ	2	Sim
Diario de Pernambuco	PE	1	Não
Jornal do Brasil	RJ	1	Não
Balanço da Receita e Despesa do Império	RJ	1	Sim
Correio Paulistano	SP	1	Sim
O Dia	PR	1	Sim
O Jornal	RJ	1	Não

Fonte: organizada pela autora.

Quadro 2. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz (1950-1959)

1950 – 1959 Expressão pesquisada: “Horto Florestal de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Correio da Manhã	RJ	11	Sim
Diario de Noticias	RJ	6	Sim
O Jornal	RJ	6	Não
Jornal do Brasil	RJ	4	Não
Balanço da Receita e Despesa do Império	RJ	4	Sim
Diario Carioca	RJ	4	Sim
A Noite	RJ	4	Sim
Diario da Noite	RJ	3	Não

Relatórios do Ministério da Agricultura	RJ	3	Sim
Tribuna da Imprensa	RJ	2	Sim
Ciência e Cultura	SP	1	Sim
O Correio de Itajubá	MG	1	Sim
Diario da Noite	SP	1	Sim
O Fluminense	RJ	1	Não
Gazeta de Notícias	RJ	1	Sim
Pacotilha: O Globo	MA	1	Não
Jornal do Commercio	RJ	1	Não

Fonte: organizada pela autora.

Quadro 3. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz/Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz (1960-1969)

1960 - 1969 Expressão pesquisada: “Horto Florestal de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Diario de Noticias	RJ	8	Sim
Correio da Manhã	RJ	4	Sim
O Jornal	RJ	2	Não
Tribuna da Imprensa	RJ	1	Sim
1960 - 1969 Expressão pesquisada: “Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Correio da Manhã	RJ	1	Sim

Fonte: organizado pela autora.

Quadro 4. Reportagens do Horto Florestal de Santa Cruz/Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz (1970-1979)

1970 - 1979 Expressão pesquisada: “Horto Florestal de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
O Fluminense	RJ	1	Não

Rodriguésia	RJ	1	Sim
1970 - 1979 Expressão pesquisada: “Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Diario de Noticia	RJ	1	Sim
1970 - 1979 Expressão pesquisada: “Estação Florestal de Experimentação Engenheiro Agrônomo Mário Xavier”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Jornal do Brasil	RJ	1	Não
1970 - 1979 Expressão pesquisada: “Estação Florestal de Experimentação Mário Xavier”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Tribuna da Imprensa	RJ	1	Sim
1970 - 1979 Expressão pesquisada: “Estação Florestal Mário Xavier”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
A Luta Democrática: Um jornal feito por homens que lutam pelos que não podem lutar	RJ	1	Sim

Fonte: organizado pela autora.

Quadro 5. Reportagens da Estação Florestal de Experimentação de Mário Xavier/Floresta Nacional Mário Xavier (1980 - 1989)

1980 - 1989 Expressão pesquisada: “Estação Florestal de Experimentação Mário Xavier”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Rodriguésia	RJ	1	Sim
1980 - 1989 Expressão pesquisada: “Floresta Nacional Itaguaí”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Jornal do Commercio	RJ	1	Não

Fonte: organizado pela autora.

Quadro 6. Reportagens da Floresta Nacional Mário Xavier (1990-1999)

1990 - 1999 Expressão pesquisada: “Floresta Nacional Mário Xavier”			
Periódico	Estado	Ocorrências	Disponível para <i>download</i>?
Jornal do Brasil	RJ	4	Não
Tribuna da Imprensa	RJ	1	Sim
Jornal do Commercio	RJ	1	Não

Fonte: organizado pela autora.

A fase de tratamento dos dados, inferência e interpretação foi realizada a partir da tabulação dos conteúdos das matérias dos periódicos, que serão apresentados nos resultados deste trabalho. Vale ainda ressaltar a importância da pesquisa documental em periódicos:

Os documentos de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e televisão, constituem importante fonte de dados para a pesquisa social. Possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico. Neste último caso, com eficiência provavelmente maior que a obtida com a utilização de qualquer outra fonte de dados (GIL, 2008, p. 151).

A segunda parte da pesquisa documental foi realizada no acervo de arquivos físicos da Flona Mário Xavier, localizado na sede da UC. Por conta da pandemia de Covid-19, que levou ao fechamento das Unidades de Conservação, por determinação do ICMBio, como forma de prevenção à propagação do Coronavírus, não foi possível realizar a análise e digitalização de todo o acervo.

Assim, a pré-análise foi constituída pela delimitação do período temporal a ser investigado: décadas de 1950 e 1960. Esses anos foram priorizados devido à dificuldade de acesso a arquivos de períodos tão distantes temporalmente. A fase de exploração do material se deu com a compartimentação dos arquivos digitalizados em pastas, que foram nomeadas de acordo com o ano e o tema do documento. A fase de tratamento dos dados, inferência e interpretação foi realizada a partir da tabulação, de forma resumida, dos conteúdos apresentados nos documentos, que serão expostos ao longo deste trabalho.

Todos os documentos pesquisados e analisados estão disponíveis no *site*: <https://sites.google.com/view/memoriasdaflonamx/memoriaflonamx>, organizado como resultado dos projetos de pesquisa que foram o pontapé para a presente pesquisa. Nele, constam outras informações e análises produzidas com a mesma temática: a memória, a história e o processo de construção da Flona Mário Xavier.

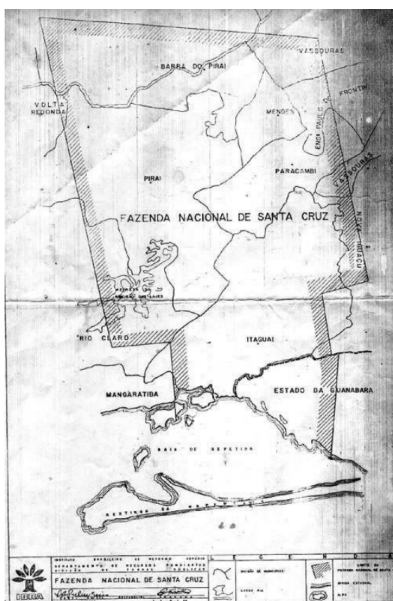
6. DE HORTO FLORESTAL A FLORESTA NACIONAL: CATEGORIZAÇÕES DA UNIDADE

6.1. A construção do Horto Florestal de Santa Cruz

Em 1567, a sesmaria de Guaratiba (com 4 léguas de extensão) foi doada a Cristóvão Monteiro, cavaleiro fidalgo da Casa Real Portuguesa e primeiro ouvidor-mor da Câmara do Rio de Janeiro. No final do século XVI, com a morte de Cristóvão Monteiro, as terras foram repassadas à Ordem da Companhia de Jesus que, adquirindo outras propriedades adjacentes, transformou a sesmaria em sua maior propriedade nas Américas, a Fazenda Santa Cruz. Sua extensão abrangia integral e parcialmente diversos atuais municípios fluminenses, estendendo-se de Sepetiba à Vassouras (MORAES, 2017; SILVA, 2020; SOUZA, 2017).

Com a utilização de mão de obra escravizada, os jesuítas implantaram sua própria ocupação do território, produzindo gêneros agrícolas e realizando diversas obras de saneamento, na tentativa de diminuir os impactos dos alagamentos e inundações comuns da região. Em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus das colônias lusitanas, a Fazenda se tornou propriedade da Coroa Portuguesa, passando a se chamar Fazenda Real de Santa Cruz. Com a Independência do Brasil (em 1822) e a Proclamação da República (em 1889), a Fazenda foi rebatizada, respectivamente, como Fazenda Imperial de Santa Cruz e Fazenda Nacional de Santa Cruz (figura 4) (ARQUIVO NACIONAL, s.d.).

Figura 4. Fazenda Nacional de Santa Cruz



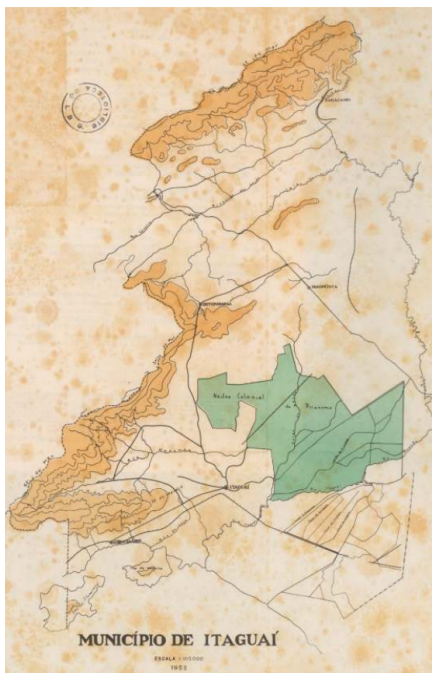
Fonte: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), 1966, *apud* Silva, 2020, p.21.

A problemática do saneamento da região se manteve como uma constante, tornando-se uma dificultadora do processo de efetivo povoamento das terras que pertenciam à Fazenda. É somente no século XX, a partir dos anos 1930, na busca de um maior desenvolvimento econômico local que a região se torna alvo de diferentes políticas públicas.

O que estava em voga, naquele momento, era uma mudança na diretriz de ação e estratégia estatal sobre aquele território: tratava-se, enfim, da construção e a implantação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento econômico local via aproveitamento do potencial agrícola daquelas terras, inclusive via políticas de implantação e sustentação de colônias agrícolas, incluindo aí a transferência da Escola Nacional de Agronomia (ENA), então localizada no município do Rio de Janeiro, para as terras lindeiras à Estrada Rio-São Paulo. (SILVA, 2020, p. 19)

No início da década de 1940, foram criados diversos assentamentos agrícolas em terras que pertenciam à Fazenda Nacional de Santa Cruz (Souza, 2017), como o Núcleo Colonial de Santa Cruz (NCSC), cuja Seção Piranema se localizava no KM 42 da antiga Estrada Rio-São Paulo⁷, atual BR-465 (figura 5) (SILVA, 2020). Às margens da Estrada Rio-São Paulo, além da Escola Nacional de Agronomia (ENA), foram construídas as instalações da Escola Nacional de Veterinária (ENV), que hoje fazem parte da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Figura 5. Mapa do município de Itaguaí em 1952 – a área verde corresponde à Seção Piranema do NCSC



Fonte: ALONSO, 1960, p. 430, *apud* SILVA, 2020, p. 23.

⁷ A Estrada Rio-São Paulo foi inaugurada em 1928 e, até a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, foi o principal eixo viário entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (BAZANI, 2016).

Entre 1942 e 1943, teve início a construção de mais uma instalação pública na região: o novo Horto Florestal do estado do Rio de Janeiro, localizado no KM 51 da Estrada Rio-São Paulo, no distrito de Seropédica, município de Itaguaí. Em roda de conversa, antigos funcionários da Flona MX relataram que a unidade foi criada em 1942. Mas, em reportagem do jornal Correio da Manhã de 7 de março de 1945, houve o relato de que as obras tiveram início em 1943 (CORREIO DA MANHÃ, 1945). Todavia, a imprecisão da datação não necessariamente torna as informações controversas, podendo ser até mesmo complementares. Por isso, fizemos a opção de apresentar os dois registros.

Subordinado à Seção de Silvicultura do Serviço Florestal, órgão do Ministério da Agricultura, o novo Horto foi planejado para substituir o Horto Florestal da Gávea, situado no Distrito Federal do Brasil, que corresponde ao atual município do Rio de Janeiro, e cujas estruturas eram limitadas. Segundo o artigo 2º do Decreto nº 9.215/1911, ao Horto Florestal compete:

- § 1º Cultura de essencias florestaes destinadas ao serviço de plantio e reconstituição das mattas.
- § 2º Investigações sobre os meios de desenvolver o cultivo e a exploração das essencias florestaes.
- § 3º Estudo do valor industrial e commercial das madeiras nacionaes, tendo em vista a sua dureza, peso especifico, durabilidade e outras condições.
- § 4º Experiencias sobre os melhores methodos de conservação das madeiras e sua vulgarização.
- § 5º Estudos dos differentes productos florestaes.
- § 6º Instrucções praticas sobre o plantio das arvores e suas relações com o clima e com o regimen das aguas.
- § 7º Acclimatação, reproducção e vulgarização das plantas exoticas uteis ao paiz.
- § 8º Estudo agricola e industrial das plantas textis e sua vulgarização.
- § 9º Cultura das plantas fructiferas, methodos de colheita, conservação e acondicionamento das fructas.
- § 10. Historico de todas as culturas effectuadas no Horto, com especificação das épocas de sementeira, de germinação, florescencia e fructificação, mencionando as molestias e outras intercorrencias.
- § 11. Observações meteorologicas, de accôrdo com as instrucções da Directoria de Meteorologia e Astronomia.
- § 12. Contabilidade agricola das culturas a seu cargo.
- § 13. Organização de um «museu florestal», contendo amostras de madeiras nacionaes e exoticas e de seus productos.
- § 14. Estudos e pesquisas relativos ás plantas de arborização, de modo a determinar as especies ou variedades mais convenientes para cada caso.
- § 15. Propaganda da silvicultura.
- § 16. Fornecimento ao Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, para distribuição gratuita entre os lavradores e criadores, das plantas e sementes que produzir.
- § 17. Distribuição directa de plantas e sementes nos casos determinados pelo ministro ou pela Directoria Geral de Agricultura; podendo essa distribuição ser feita não só aos lavradores e criadores inscriptos no competente livro de registros da mesma directoria, como aos demais estabelecimentos do ministerio e aos

jardins, hortos e outros estabelecimentos publicos federaes, estaduaes e municipaes.

§ 18. Fornecimento de planos de exploração florestal, acompanhados de todas as explicações necessarias.

§ 19. Ensino de silvicultura e rudimentos de botanica aos aprendizes admittidos de accôrdo com o presente regulamento. (BRASIL, 1911)

O novo Horto recebeu o nome de Horto Florestal de Santa Cruz (HFSC), em homenagem à antiga Fazenda Santa Cruz, e sua localização estratégica (próxima aos novos empreendimentos da região) foi escolhida com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local, além de estar em consonância com o determinado pelo Decreto nº 4.421/1921 que sinaliza que é incumbência do Serviço Florestal “estabelecer e propagar os conhecimentos relativos à silvicultura, mediante investigações e demonstrações práticas em hortos florestais, convenientemente situados” (BRASIL, 1921). Sua construção aconteceu em uma grande área descampada, com poucas elevações, de feições majoritariamente planas (figura 6) e foi administrada, primeiramente, por José Lobão Guimarães⁸, a partir da criação da “função gratificada de administrador do Horto Florestal de Santa Cruz” pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, em dezembro de 1943 (DIARIO DE NOTÍCIAS, 1943, p. 11; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1943, p. 2).

Figura 6. Área do Horto Florestal de Santa Cruz (anos 1940)



Fonte: Acervo da Flona MX, *apud* Souza, 2017, p. 32.

Antes mesmo de sua inauguração, o HFSC já havia iniciado a distribuição de mudas florestais, em novembro de 1944, foram entregues 10 mil mudas de eucalipto ao Núcleo Colonial de Santa Cruz. A tônica da opinião pública era de exaltação da importância da ação que, além de valorizar as propriedades rurais, ajudava a atrair população para as terras ao

⁸ José Lobão Guimarães foi professor da UFRRJ e idealizador do Jardim Botânico do Campus Seropédica.

redor da capital do Brasil, além de serem um grande exemplo de reflorestamento. Naquele momento, o reflorestamento era a grande bandeira do Serviço Florestal (SF), aliado ao artigo 102 do Código Florestal de 1934 que apontava a incumbência ao Conselho Florestal da difusão por todo o país da educação florestal e da proteção à natureza em geral (Brasil, 1934), sendo propagada também pelos periódicos:

A maior necessidade da campanha florestal de que o Brasil precisa, depois da defesa de suas matas, está no reflorestamento das terras que o machado, a foice e o fogo transformaram em descampados. E quem diz reflorestamento diz sementeiras, preparo e distribuição de mudas fazendo lembrar logo os estabelecimento técnicos que são os Hortos Florestais (A NOITE, 1944, p. 8).

Entre 1943 e 1945, foram construídas as edificações-base do Horto Florestal de Santa Cruz, como a sede administrativa (figura 7), algumas residências funcionais – organizadas em Vilas Operárias – (figura 8) e os galpões de oficina (figura 9) (HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ, 1951). A obra para construção da unidade foi considerada, por jornais da época, como uma das mais importantes do Ministério da Agricultura, a ponto de contar com a supervisão aproximada do Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, servindo de referência para a construção de outros Hortos Florestais pelo Brasil, como o Horto Florestal de Saltinho⁹, em Pernambuco (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1944; A MANHÃ, 1944a; A NOITE, 1945; A MANHÃ, 1945).

Figura 7. Sede Administrativa do HFSC



Fonte: Rodriguésia, 1945.

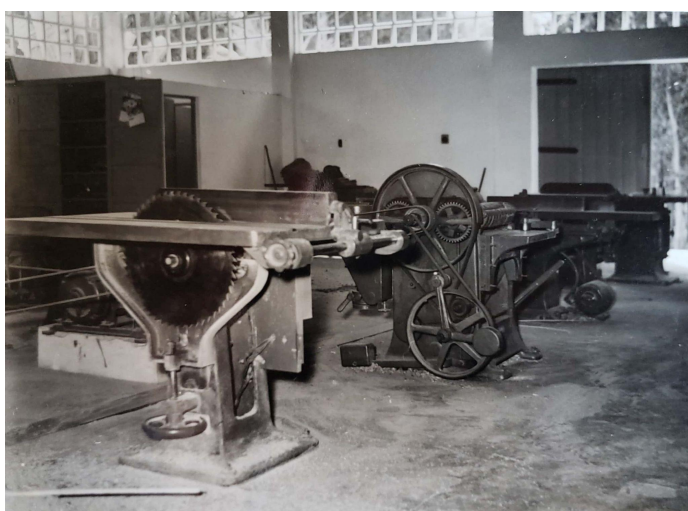
⁹ Na cerimônia de anúncio da construção do Horto Florestal de Saltinho, o Diretor do Serviço Florestal, João Augusto Falcão, declara: “Está a vista de todos a marcha a passos largos para a alarmante diminuição de nossas matas, principalmente no Nordeste. O fato foi grandemente aumentado com as necessidades inadiáveis de combustível. As estradas de ferro, as indústrias, grandes e pequenas, e o consumo doméstico exigiam replantio para a formação de novas reservas”. E reforça que o Ministério da Agricultura se compromete a contribuir para melhorar a situação (A AMANHÃ, 1944b, p.4).

Figura 8. Vila Operária do HFSC



Fonte: Acervo de Neise Xavier, 1955.

Figura 9. Oficina de Carpintaria do HFSC



Fonte: Acervo de Neise Xavier, 1955.

Relatando a visita realizada por Apolônio Sales, em 01 de dezembro de 1944, o jornal A Manhã, declarou que o ministro:

teve oportunidade de verificar os trabalhos de reflorestamento, já bem adiantados nas terras desnudas do estabelecimento, onde já há, em boas condições, uma cultura de 200 mil eucaliptos, com plantio de milho, feijão e amendoim nas entrelinhas, assim racionalmente aproveitadas (A MANHÃ, 1944a).

Além de conferir as 100 mil mudas de eucaliptos presentes nas sementeiras, com o objetivo de ampliar a plantação e suprir qualquer falha no que já havia sido plantado. As diferentes espécies de eucalipto foram carro chefe do novo Horto Florestal, por duas

motivações principais: seu rápido crescimento e sua capacidade de ajudar a drenar os terrenos alagados característicos da região da Baixada Fluminense.

Em junho de 1945, o engenheiro agrônomo Mário de Figueiredo Xavier assumiu a administração do HFSC, indo lá morar, junto com sua família. Souza (2017) salienta que uma das primeiras preocupações do administrador foi o saneamento da área, o que impulsionou o cultivo de essências florestais do gênero *Eucalyptus*, que já estava em curso na unidade.

Em 15 de setembro de 1945, o Horto Florestal de Santa Cruz foi inaugurado com uma área de 1250 hectares, contando com a presença do Presidente da República, Getúlio Vargas, do Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, e do Diretor do Serviço Florestal, João Augusto Falcão, além de outras autoridades da época. No discurso de inauguração – transcrito na íntegra abaixo, conforme apresentado pela Revista *Rodriguésia* (1945) –, Falcão faz uma análise da situação florestal do Brasil, apontando a relevância do HFSC no aspecto econômico e florestal para o país.

Exmo. Sr. Presidente da República
Exmo. Sr. Ministro da Agricultura

O Hôrto Florestal de Santa Cruz ora inaugurado por V. Ex. nessas alturas de uma das mais importantes rodovias do país, substitui o antigo Hôrto da Gávea, hoje anexado ao Jardim Botânico, e atual sede da Seção de Silvicultura do Serviço Florestal.

A pequena superfície e a inadequada localização do primeiro, não se comparam com esta grande propriedade, em plena zona rural, onde as instalações podem ser completas e muito mais amplas, e onde o próprio exemplo demonstrativo do reflorestamento econômico pode ser dado em grande escala.

Iniciativa do Governo de Vossa Excelência, estudado e executado pelo Sr. Ministro Apolônio Sales, com o apoio e interesse patriótico do Sr. Dr. Luís Simões Lopes, o Horto Florestal de Santa Cruz tem concluídas as obras principais, dentro do orçamento de Cr\$ 1.006.000,00, como sejam de 60 a 70 mil caixas de madeira por ano uma vez dotada de tôda a maquinaria necessária e moderna; os ripados; 3 residências para capatazes; 16 casas para operários, - tudo com requisitos de higienização e conforto.

E enquanto eram preparadas as primeiras sementeiras e se distribuíam as primeiras mudas, foram plantados, nas terras desnudas circundantes, 200 mil pés de eucaliptos que representam já a primeira frente da floresta pura com que se justificará, breve, um trabalho oficial de rendimento, neste gênero de exploração.

O Hôrto de Santa Cruz visa, antes do mais, o fornecimento de mudas para as “áreas desnudas da cobertura vegetal de grande porte, que emolduram os horizontes irregulares e recortados do Distrito Federal, e se vão “alargando pelo Estado do Rio, além das zonas em que a cultura cafeeira fez desertos, até os grandes tratos de Minas Gerais onde os solos erodidos causam espanto”.

Só para o plano de reflorestamento de mil hectares deste Distrito, plano de cooperação em estudos entre a Prefeitura e o Ministério da Agricultura, o Serviço Florestal oferece, desta base de trabalho, o fornecimento total das mudas necessárias em cotas de 500 mil unidades por exercício.

As instalações que ora se inauguram, porém, têm capacidade para 5 milhões de mudas por ano. E se elas estão prontas para o preenchimento de suas plenas finalidades, é indispensável ainda o apóio da administração superior para os demais elementos de fato imprescindíveis: - “Cinco milhões de mudas por ano

significam 62.500 caixas para distribuição, que custam soma bastante alta, só para madeira de embalagem. Adicionando-se a isto a mão de obra necessária à fabricação dessas caixas, os trabalhadores para a produção das mudas e os meios de transporte relacionados com a distribuição, é fácil ajuizar dos créditos que se tornam indispensáveis à vida e à eficiência desta dependência”.

Por mais que o sejam, nada valem, entretanto, perante os efeitos dessa obra de reflorestamento que é preciso alastrar pelo país afora, e cujos centros de propulsão deverão ser hortos como êste, fundados em todos os Estados de nosso vasto território.

O problema florestal do Brasil quase que deixou de ser problema, porque se transformou em qualquer coisa que atinge as raias da calamidade.

As 51 emprêsas de nossa rede ferroviária com seus 34.250 kms de linhas, consomem 6 milhões de dormentes, 100 mil postes telegráficos e 10 milhões de m³ de lenha, equivalentes a uma derrubada de 35 mil hectares de matas por ano.

A indústria açucareira representada por 325 usinas, além de 6.500 engenhos, e as fábricas de tecidos, queimam todos os anos cêrca de 8 milhões de m³ de lenha, - o que quer dizer 25.000 hectares de matas postas por terra.

Por outro lado, o consumo de combustível vegetal pelas cerâmicas e olarias, caieiras, e aplicações diversas, soma 102.500.000 m³. Há ainda um gasto de 618.000 toneladas de carvão vegetal e uma exportação de 321.000 toneladas de madeiras por ano.

E a siderurgia com seus 28 altos fornos produzindo 335.000 toneladas de ferro gusa, e com suas 19 usinas produzindo 248.000 toneladas de aço, gastam assombrosos pesos de carvão, e devoram áreas florestadas verdadeiramente impressionantes.

Se adicionarmos a êsse esbôço as áreas de matas derrubadas por efeito da lavoura extensiva, ou destruídas pelos incêndios propriamente ditos - desde o Amazonas ao Rio de Grande do Sul - poderemos então formar uma ideia da riqueza florestal que se suprime ou se desbarata sem a compensação do reflorestamento equivalente.

A multiplicação de hortos como êste, bem aparelhados e providos de recursos suficientes, é um dos caminhos naturais que se abrem à política florestal de que carece urgentemente o país, embora não de dispensem as medidas paralelas da proteção das matas - setor tão importante como o primeiro, e ainda inteiramente desprovido dos meios de ação repressora e defensiva indispensáveis. A este respeito queremos acentuar que a Seção competente do Serviço Florestal dispõe apenas de 100 homens que se dedicam à fiscalização dos 50 mil hectares de matas protetoras do Patrimônio da União, no Distrito Federal e no Estado do Rio. Excetuando ainda uma parte do Rio Grande do Sul onde há o trabalho edificante de 80 delegados florestais, de função que devia ser remunerada e é apenas relevante, todo o resto das matas brasileiras continua sem a menor defesa contra as derrubadas e exploração desordenadas. Milhares de propriedades vão anualmente se desvalorizando e empobrecendo, vendo diminuir ou perdendo seus mananciais, o solo arável de suas encostas que a erosão carrega, e até a fonte de combustível de suas básicas necessidades.

A política de cooperação por meio de acordos entre a União e os Estados na qual a célula do município seja interessada, embora com recursos predominantes do govêrno central, é outra estrada que é preciso abrir nêsse setor imenso da política florestal brasileira, no qual o reflorestamento e a defesa das matas são dois rumos evidentemente fundamentais.

Cabe frisar que a matéria é de importância considerável para a economia e o desenvolvimento geral da nação. Em 1941, antes de se agravarem as dificuldades de combustível em consequência da guerra, 90 milhões e 500 mil metros cúbicos de lenha e 618 mil toneladas de carvão vegetal já eram extraídos das matas brasileiras, no valor total de 895 bilhões de cruzeiros. Eram cifras já bem mais altas do que os 2 milhões de toneladas importadas, no mesmo ano, de carvão mineral, gasolina, óleos e querosene, no valor de 695 bilhões de nossa moeda. Além disto, aqueles produtos mineral extraído de nossas minas, e do que os 133 milhões de litros de álcool produzidos em nossas usinas, equivalentes a 95

bilhões de cruzeiros, para esses dois combustíveis nacionais, aos preços daquele ano.

E até perante o consumo geral de energia hidroelétrica do país, para força e luz, igual a 2 milhões e 700 mil kilowatts-hora, fazem muito boa figura as cifras equivalentes ao combustível derivado das matas do país.

É para concorrer para o equilíbrio de fonte econômica tão formidável, ameaçada de esgotamento, que esta célula de trabalho renovador - o Hôrto Florestal de Santa Cruz - entra agora em atividade.

Êste estabelecimento e tudo mais que constitui o Serviço Florestal com atribuições em todo êsse imenso Brasil, evidentemente é quase nada. É muito, entretanto, para a pouca idade dêste órgão auxiliar do govêrno federal. É muito, sobretudo, na comparação que se faça entre os recursos orçamentários que encontramos, há dois anos passados, e os do corrente exercício financeiro.

Nós queremos, nesta oportunidade em que se reúnem os mais altos poderes da República, acentuar e agradecer êsses aumentos de verbas solicitados e defendidos sinteticamente apreciáveis nas cifras que se seguem.

Em 1943, ao assumirmos a direção do Serviço Florestal o total da verba Pessoal era de Cr\$ 2.989.000,00 e é hoje de Cr\$ 4.673.400,00. A verba Material passou de Cr\$ 960.000,00 para Cr\$ 2.969.000,00. E, finalmente, a verba de Obras, Desapropriação, etc., de Cr\$ 4.200.000,00 em 1943 subiu para Cr\$ 6.542.000,00 no ano passado e atinge a Cr\$ 7.442.950,00 no corrente exercício.

Os recursos orçamentários totais cresceram, assim, dentro dêsses três anos, de Cr\$ 8.349.000,00 para Cr\$ 15.079.350,00. Que essa proporção de 100% em números redondos, se verifique ou se reproduza dentre dos próximos três anos, é o que desejamos em prol da causa florestal brasileira que está agora, apenas no nascedouro. (RODRIGUÉSIA, 1945, p. 126-129)

A inauguração do HFSC repercutiu em diferentes periódicos da época, sendo acompanhada nos dias anteriores e posteriores, no Rio de Janeiro (A Manhã, 1945; A Noite, 1945a; Correio da Manhã, 1945; Gazeta de Notícias, 1945; Rodriguésia, 1945; Diario de Notícias, 1945) e em outros estados, como São Paulo e Paraná (O Dia, 1945; Correio Paulistano, 1945); sendo inclusive capa de alguns deles (figura 10) (A MANHÃ, 1945; A NOITE, 1945; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1945). A cobertura jornalística se estendeu por todo o dia da inauguração, acompanhando as diferentes instalações da região do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas visitadas pelo Presidente da República, como o Núcleo Colonial de Santa Cruz e a Universidade Rural.

Figura 8. Capas de periódicos destacando a inauguração do Horto Florestal de Santa Cruz



Fonte: A Manhã, 1945; A Noite, 1945b; Gazeta de Notícias, 1945.

Entre junho de 1945 e 11 de outubro de 1951, Mário de Figueiredo Xavier foi administrador do HFSC, tendo grande importância no estabelecimento de parcerias e relações com o Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER), responsável pela construção de estradas, pequenas pontes e serviços de terraplanagem na unidade (HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ, 1954). Xavier foi transferido para a Seção de Fomento Agrícola do Serviço Florestal, no bairro de Campo Grande (DF) (Souza, 2017), e, a partir daí, por portaria do Diretor do Serviço Florestal, Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, o agrônomo José Lobão Guimarães reassumiu a chefia do Horto Florestal.

Em 16 de novembro de 1951, com o interesse de padronizar os trabalhos dos Hortos Florestais de todo o Brasil, o Serviço Florestal emitiu uma normativa intitulada “Normas básicas dos trabalhos dos Hortos Florestais”. Nela, o SF ressaltava que o objetivo dos Hortos Florestais era formar, reconstituir, proteger e explorar racionalmente as florestas e os produtos florestais. Cabendo aos Hortos Florestais o “estudo das florestas com relação ao micro-clima,

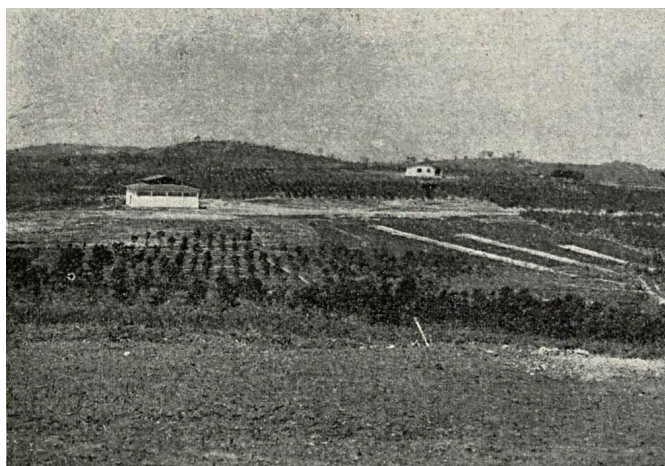
solo, às fontes e aguadas, bacias hidrográficas, saúde pública, higiene e sob o ponto de vista estético” e sendo seu dever, quanto à parte econômica:

cuidar da estatística florestal quanto à produção, consumo, comércio de cabotagem, exportação, importação, preços, mercados e estudos de engenharia florestal, e, concomitantemente, de mapas topográficos e fitogeográficos das principais zonas florestais percorridas pelos seus servidores, aproveitando tanto quanto possível os trabalhos e cartas já existentes sobre o assunto. (SERVIÇO FLORESTAL, p. 7)

O documento era composto por um “Plano de experimentação florestal” que continha indicações divididas em 7 partes para o procedimento de atividades de experimentação, tendo início com a colheita de frutos e sementes, e designação sobre as informações que deveriam ser registradas a respeito dos frutos, das sementes e das estacas (SERVIÇO FLORESTAL, p. 10). A normativa destacava que o SF não possuía materiais padronizados para a colheita de material botânico de grande porte, sendo uma prioridade adquiri-lo, e que, para a realização dos experimentos florestais, era de grande importância que os Hortos Florestais pesquisassem experimentos já em andamento no Brasil e pelo mundo.

A regulamentação evidenciava a importância da divisão em talhões das áreas reflorestadas nos Hortos, que estivessem “separados por estradas e aceiros, a fim de serem experimentadas as plantas suscetíveis de cultura florestal, em diferentes distâncias ou compassos de plantação” (SERVIÇO FLORESTAL, p. 7), como já era costume no HFSC (figura 11). E orientava aos Hortos Florestais a prática da promoção de “intensa propaganda de suas atividades por meio de publicações, palestras e informes de caráter geral e regional” (SERVIÇO FLORESTAL, p. 7).

Figura 11. Vista de vários talhões do HFSC



Fonte: Rodriguésia, 1945, p. 126.

A propaganda foi uma forte característica do Horto Florestal de Santa Cruz, nos anos 1950, época em que figurou em diversos periódicos da região Sudeste do Brasil anunciando a distribuição de mudas e sementes em sua sede administrativa (figura 12). Entretanto, essa divulgação esteve vinculada com o período da administração de Mário de Figueiredo Xavier, em sua primeira passagem, entre 1945 e 1951, e após seu retorno, em 27 de agosto de 1954. Não havendo nenhuma propaganda sobre distribuição de mudas de essências florestais e ornamentais pelo HFSC registrada nos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira, durante a segunda administração de José Lobão Guimarães (1951-1954).

Figura 12. Manchetes de periódicos anunciando a distribuição de mudas e sementes no HFSC



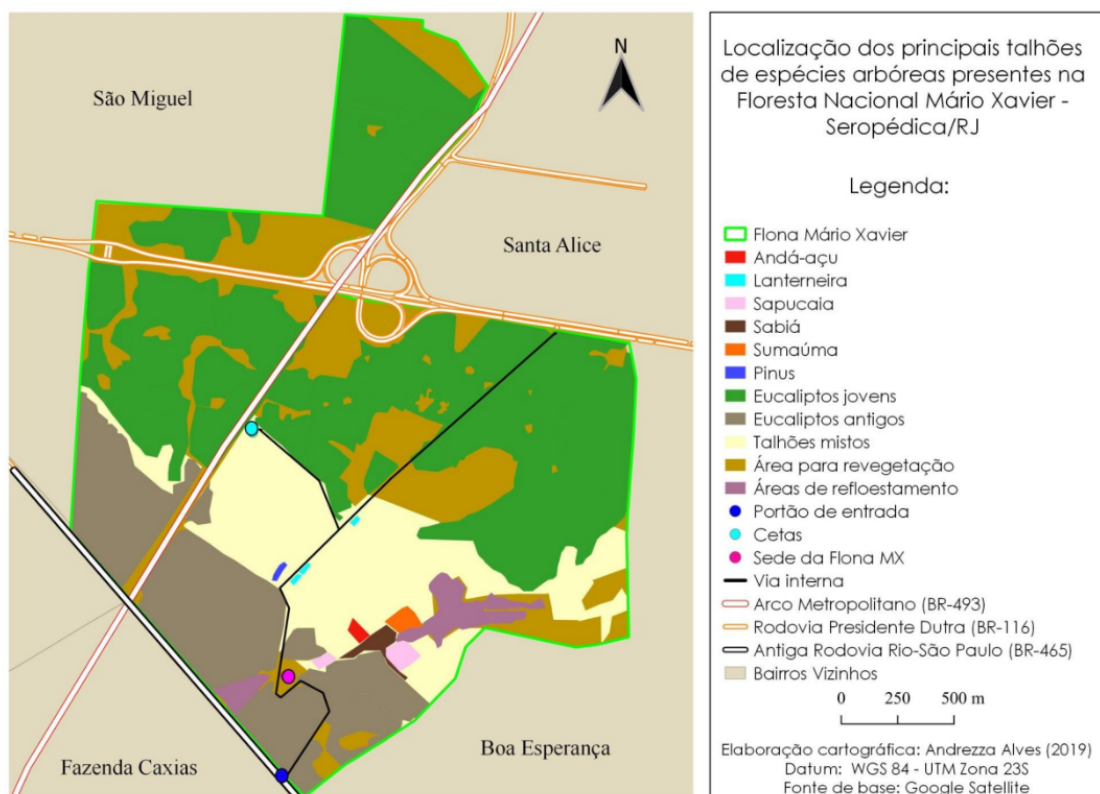
Fonte: A Noite, 1950, p. 5; A Noite, 1954, p. 2; Correio de Itajubá, 1954; Tribuna da Imprensa, 1954.

6.2. A Estação Experimental: de Santa Cruz a Mário Xavier

Em 1954, o Horto Florestal de Santa Cruz passou por uma re categorização se tornando Estação Florestal de Experimentação (Eflex) de Santa Cruz. A ausência de documentos que explicitem o porquê da mudança dificulta o entendimento do processo.

Em uma das rodas de conversa realizadas durante esta pesquisa, Jair Costa (funcionário mais longevo da unidade) apontou que a mudança de categoria de Horto Florestal para Eflex se deu por conta dos experimentos florestais que já aconteciam na unidade e que possibilitaram a formação de diversos talhões vegetais, inclusive, com espécies exóticas à Mata Atlântica, como o sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*). Ainda hoje, é possível verificar a existência de talhões remanescentes de cultivos dessa época (figura 13) e é importante lembrar que essa era uma prática incentivada, naquele momento, como pudemos ver na regulamentação “Normas básicas dos trabalhos dos Hortos Florestais” emitida pelo Serviço Florestal, em 1951.

Figura 13. Mapa da espacialização dos principais talhões arbóreos existentes na Flona Mário Xavier



Fonte: Alves, 2019.

Em setembro de 1955, liderado pelo Serviço Florestal, houveram diversos eventos e programações dedicadas às celebrações do Dia da Árvore. A diversidade de espécies arbóreas cultivadas na Eflex ganhou destaque em diversos periódicos (quadro 7), com anúncios da distribuição gratuita de mudas para plantio com, no mínimo, 50 cm de altura, para os interessados em participar das festividades, estando as mudas disponíveis para instituições ou particulares.

Quadro 7. Espécies de essências florestais e ornamentais produzidas pela Eflex Santa Cruz disponibilizadas para festividades do Dia da Árvore, 1955.

Ipê roxo	Sombreiro	Cássia siamea
Ipê amarelo	Casuarina	Ébano oriental
Arco de pipa	Oiti	Lonchocarpus
Cinco-folhas	Magnólia	Jacarandá mimoso
Jacarandá roxo	Lofantera (Lanterneira)	Pau ferro
Cedro rosa	Amendoeira	Merindiba rosa

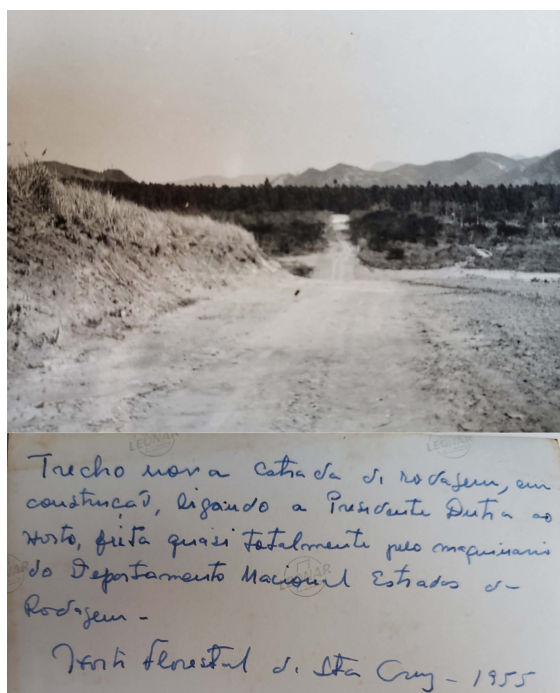
Escumilha	Flamboyant	Eucaliptos
Sibipuruna	Cássia imperial	

Fonte: organizado pela autora (adaptado de A Noite, 1955).

Durante as comemorações do Dia da Árvore, o Diretor do Serviço Florestal, Renato Domingues, destacou que a política florestal que deveria ser adotada no Brasil, além das medidas que já eram postas em prática e que careciam somente de maior estímulo, como as campanhas educacionais e o reflorestamento, deveria consistir na formação de florestas nacionais, “ou seja, extensas áreas para a exploração perpétua de suas matas” (CORREIO DA MANHÃ, 1955, p. 2). Para ele, a perpetuação da diversidade vegetal brasileira dependia de ações governamentais objetivas, cujo propósito fosse adquirir terras particulares a fim de transformá-las em florestas nacionais, “tornando-as mais protegidas e mais úteis” (CORREIO DA MANHÃ, 1955, p. 2).

O ano de 1955 também ficou marcado como o primeiro ano corrido do retorno de Mário de Figueiredo Xavier à administração da unidade. Sua volta também simbolizou a retomada de antigas parcerias da administração, como com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (figura 14) (HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ, 1954).

Figura 14. Trecho de estrada construída pelo DNER na Eflex Santa Cruz



Fonte: Acervo de Neise Xavier, 1955.

Os anos de 1956 e 1957 também contaram com importantes campanhas florestais, que tiveram participação da Eflex Santa Cruz. Em 1956, o jornal Correio da Manhã (1956a) noticiou em setembro, que, por decisão do Ministro da Guerra, General Lott, o Exército brasileiro iria cooperar na Campanha Florestal, a ser realizada naquele ano a partir do Dia da Árvore. A decisão do Ministro havia sido anunciada em primeira mão, no sábado, 04/09/1956, pelo Diretor do Serviço Florestal, Dael Pires de Lima, após se reunir com militares e funcionários do Ministério da Agricultura, na Eflex de Santa Cruz.

Em novembro de 1956, o mesmo jornal informou que:

O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura iniciou a execução de um grande plano de reflorestamento, o maior que já se organizou no Brasil. Trata-se de plantar, em curto espaço de tempo, 120 milhões de árvores. Estas árvores serão plantadas em terras do governo e em fazendas particulares, em cooperação com seus proprietários. Os fazendeiros interessados devem articular-se com o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, À Rua Jardim Botânico, 1008, Rio de Janeiro (CORREIO DA MANHÃ, 1956b, p. 2).

Mudas florestais produzidas na Eflex Santa Cruz estiveram disponíveis para esta campanha. É interessante destacar 2 pontos:

- Na sequência da reportagem, o jornal aponta que: “Reflorestar é bom negócio. Mas não plante apenas eucaliptus. Os agrônomos silvicultores estão aconselhando o plantio de florestas mistas. Não esqueçam as essências nacionais, tão valiosas, tão úteis, tão belas” (CORREIO DA MANHÃ, 1956b, p. 2). Uma situação de contraponto com o que era divulgado nos anos 1940, época em que os eucaliptos eram preferidos pelo seu rápido crescimento, madeira valiosa e capacidade de drenagem;
- Mesmo com a mudança de categoria, tanto a fotografia presente no Acervo de Neise Xavier (figura 12), quanto as reportagens do Correio da Manhã (1956a e 1956b) ainda se referiam à unidade como Horto Florestal de Santa Cruz.

Em fevereiro de 1957, o periódico Tribuna da Imprensa (1957, p. 7) anuncia que “durante o mês de janeiro, a Campanha de Educação Florestal efetuou a filmagem do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e do Hôrto Florestal de Santa Cruz, estando programadas outras filmagens no gênero para posterior exibição em colégios e cinemas em geral”. Estas ações fizeram parte da Campanha Florestal de 1957 organizada pelo Serviço Florestal.

Ainda no final dos anos 1950, 750 hectares da área inicial do HFSC foram cedidos para o estabelecimento do Núcleo Colonial de Santa Alice, situado nos arredores da Eflex

Santa Cruz (SOUZA, 2017). Dessa forma, a área da unidade foi reduzida a cerca de 500 hectares.

Na década de 1960, os anúncios sobre o oferecimento de mudas de essências florestais tiveram continuidade (figura 15). Entretanto, no Relatório de Atividades da Estação Florestal de Santa Cruz de 1965 (HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ, 1965), seu administrador relata que a produção de mudas teve continuidade, “em obediência ao Plano” de Trabalho, mesmo não sendo mais uma finalidade da unidade. E que permanecia seguindo o que foi recomendado por conta de sua importância, “pois supre demanda intensiva e provoca receita para os cofres públicos”. Nesse momento, a Eflex já realizava a venda de mudas de essências florestais e ornamentais e de material lenhoso e não apenas sua distribuição gratuita.

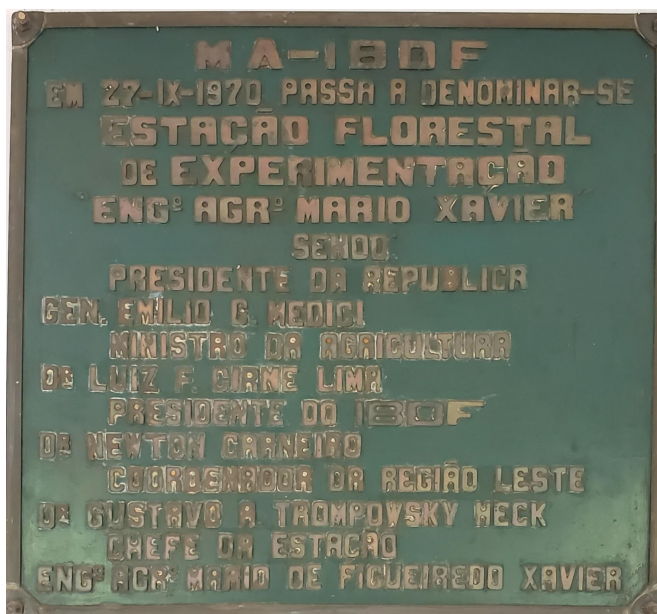
Figura 15. Reportagens sobre a distribuição de mudas de essências florestais pela Eflex Santa Cruz



Fonte: Correio da Manhã, 1960, p.9; Tribuna de Imprensa, 1960, p. 9; Diário de Notícias, 1960, p.4.

Em 27 de setembro de 1970, já subordinada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a unidade passou por uma mudança de nome, a partir de então, era denominada de Estação Florestal de Experimentação Engenheiro Agrônomo Mário Xavier (figura 16). O nome se deu por sugestão do Coordenador da Região Leste, Gustavo Trompowsky Heck, em homenagem a Mário de Figueiredo Xavier que, naquele momento, ainda era administrador da unidade. E, nessa função, ele permaneceu até o seu falecimento, em 03 de julho de 1980, sendo depois sucedido por 2 de seus 4 filhos (que cresceram na unidade): Hermar Xavier e Hércio Xavier.

Figura 16. Placa comemorativa da alteração do nome da Eflex



Fonte: foto tirada pela autora, 2021.

Em 1973, em reportagem sobre a produção de sementes e essências florestais da Eflex Mário Xavier, foram descritas as capacidades das dependências da unidade:

Na sementeira, que ocupa área de 605 m², é possível semear 14.750 gramas de eucaliptos e 36.875 gramas de pinos diversos.

Nos viveiros, numa área de 8.632 m², estão as plantas para arborização que são muito procuradas pelas prefeituras, empresas loteadoras e público. Em outro local, há um enviveiramento de plantas ornamentais embaladas em torrão empalhado.

A Estação possui uma sala de vendagem destinada ao atendimento dos interessados na aquisição de sementes, mudas e material lenhoso. Existe igualmente em mostruário de sementes e madeiras com todas as variedades da região, bem como algumas espécies em extinção por causa do desmatamento. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1973, p. 7).

6.3. A Floresta Nacional Mário Xavier: uma Unidade de Conservação

Em 08 de outubro de 1986, por meio do Decreto nº 93.369, foi criada a Floresta Nacional Mário Xavier. O Decreto declarou, em seu artigo 2º, que:

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF promoverá o desenvolvimento e uso múltiplo dos recursos naturais da Floresta Nacional Mário Xavier, de forma a permitir a produção de bens e prestação de serviços compatíveis com a sua finalidade, podendo, para tal, celebrar acordos com entidades públicas ou privadas. (BRASIL, 1986)

Do ponto de vista legal, a recategorização da unidade se deu embasada na Lei nº 4.771/1965, que instituiu o novo Código Florestal. Em seu artigo 5º, sinalizava que o Poder Público criará “Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim” (BRASIL, 1965).

No Decreto nº 93.369/1986, a justificativa apresentada para recategorização é a presente no artigo 5º da Lei nº 4.771/1965, sem maiores especificações de quais seriam essas finalidades econômicas, técnicas e sociais atendidas.

Naquele momento, devido a um afastamento por questões familiares de Hércio Xavier e após um curto período de administração de Hunaldete Preto, Dinamir Velasquez Ribeiro estava na chefia da unidade e fez a transição de Estação Florestal de Experimentação Engenheiro Agrônomo Mário Xavier para Floresta Nacional Mário Xavier.

Em roda de conversa com antigos funcionários da unidade, ao ser questionado sobre motivações para essa recategorização, Roosevelt Antunes – servidor na Flona MX, desde 1997 — declarou que:

R: Então, eu creio que não tinha motivo pra se criar uma unidade aqui, não tinha. Porque você vê as casas, isso tudo foi construído depois de 1942. A floresta foi formada, conforme eu já falei com vocês. Os talhões ali, com linhas direitinho, foi formado na Eflex. A pesquisa, quando era pesquisa, quando se transformou em Eflex. De Eflex se transformou em 1986 em Floresta Nacional. A história da Floresta Nacional, embora seja um pouco confusa, mas eu creio que ou queriam acabar aqui com a unidade, conforme me parece que agora queriam acabar com a unidade. Não veem serventia, não veem importância. Ele [*Dinamir Velasquez Ribeiro*] fez um recurso, uma reviravolta, e que criou a Floresta Nacional. Ele falou aqui em espécie eucalipto exótica, porque, aqui, quando se criou a Floresta Nacional, em 86, o Mário Xavier, lá atrás, já tinha plantado bastante eucalipto aqui, uns 10 ou 14 hectares de eucalipto. E isso, por si só, naquela época, justificava a Floresta Nacional. Porque a Floresta Nacional, a importância, a prioridade foi nativa, a partir do SNUC de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que regularizou as categorias de unidade. Então, a unidade que era, inclusive, nós, quando fizemos o plantio da Barbará, em 97, era antes de 2000, então permitia que fizesse. Não foi nada de errado. É melhor floresta de eucalipto do que boi pastando ou MST querendo invadir. Igual também queria invadir a Rural, por isso que eles entraram com eucalipto na Rural. Então, em semelhante, copiando da Rural, nós não inventamos nada. A mesma empresa que fez a Rural, fez aqui também, por quê? Pra usar a área. O ideal seria com nativa, mas como? Não tinha. Ninguém fazia. E não tem dinheiro pra isso. Então, nós fizemos o que? O que podíamos fazer. Daí, essa questão da floresta nacional, essa categoria, em razão de quê? Dos eucaliptos que já existiam aqui.

Já Abílio Gonçalves, que chegou à Flona MX em 1994 para administrar a unidade, substituindo Hércio Xavier, ao ser questionado sobre a mesma questão relatou que:

A: Começou como Horto, virou Eflex. Quando foi criada a Embrapa, o diretor daqui com medo de passar pra Embrapa, que eram as coisas de alimentação. Aí, foi pra Floresta Nacional.

T: Será que tem alguma relação com a Rio-92, que vai acontecer depois? Algum interesse do governo na época de começar a criar unidades de conservação?

A: Não, porque a Flona é antes. Nesse caso, é o medo de passar tudo pra Embrapa. Pelas pesquisas. Esse foi o motivo interno. No caso era IBDF, na época.

Ao investigarmos com funcionários da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, foi-nos relatado o desconhecimento acerca desse fato. Entretanto, ao realizar pesquisas sobre Estações Florestais de Experimentação no Brasil, pode-se constatar que houve casos de Eflex incorporadas pela Embrapa, na década de 1980, como a Estação Experimental Cascata, no Rio Grande do Sul (VETROMILLA, 2013). Também é importante ressaltar que a possibilidade de uma área de fomento florestal ambientalmente protegida ser ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) é muito menor do que o risco que esta mesma área corre, nos dias de hoje, com os avanços sobre o município de Seropédica de grupos paramilitares e de empreendimentos logísticos que visam um desenvolvimento seletivo e excludente.

O questionamento sobre o porquê da transformação de Eflex para Flona teve início após a leitura de 2 reportagens publicadas no Jornal do Brasil, em 1994, disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira. A primeira intitulada “Reservas ecológicas do País estão ameaçadas”, publicada em 11 de maio relatava que a Reserva Biológica do Tinguá (criada em 1989) e a Flona MX corriam risco de serem consideradas caducas:

A regularização fundiária das unidades de conservação criadas pelo governo federal, segundo estabelece o artigo 10º do decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941 “deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de cinco anos, contados da data de expedição do respectivo decreto e findos os quais ele caducará.” Quando uma unidade de conservação é considerada caduca, somente após decorrido um ano poderá ser objeto de nova declaração.

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela gestão, conservação e manutenção das unidades de conservação, alega que não tem recursos para bancar a regularização fundiária dessas unidades, criadas ao final do governo José Sarney e no início do governo Fernando Collor. Muitas dessas áreas foram criadas como estratégia de marketing ecológico, às vésperas da Rio-92, para tentar mostrar ao mundo que o Brasil - duramente criticado a nível internacional pelos desmatamentos e queimadas na Amazônia - se preocupava com a preservação do meio ambiente. (JORNAL DO BRASIL, 1994, p. 8)

Já a reportagem de 11 de julho sob o título de “Floresta ameaçada” declarava que “a Floresta Nacional Mário Xavier, no Rio, criada às vésperas da Rio-92 como marketing

ecológico, está ameaçada de ser extinta. Até hoje o governo não liberou os recursos para a desapropriação da área da floresta” (JORNAL DO BRASIL, 1994, p. 6).

Essa possibilidade, apesar das diversas medidas adotadas pelo governo brasileiro com o intuito de atender às demandas da opinião pública internacional, conforme relatado por Sousa (2005), não condiz com a cronologia da escolha do Brasil como país sede para a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. O Brasil somente se candidatou a sediar o evento, em dezembro de 1988, período posterior à recategorização da unidade (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, ao longo da pesquisa, outra possível justificativa surgiu, a partir de reportagem publicada no Jornal do Commercio de 1985, em que é relatada a realização do IV Encontro da Assembleia Permanente de Defesa do Meio, no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de Luiz Toledo Filho, novo Delegado Regional no Rio de Janeiro do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, onde declarou estar:

iniciando a implantação de um projeto de atuação no Estado para suprir as deficiências existentes e resgatar a imagem do órgão. Algumas das principais medidas nele compreendidas são a transformação de 19 Florestas Protetoras de Mananciais em Parques Nacionais ou Reservas Biológicas; criação de uma Floresta Nacional em Itaguaí; a reestruturação do sistema de fiscalização [...] e a descentralização e interiorização das atividades, com a criação de quatro escritórios regionais (JORNAL DO COMMERCIO, 1985, p. 4).

Na época de recategorização da Eflex Eng. Agr. Mário Xavier em Flona MX, a unidade estava contida no município de Itaguaí, já que o distrito de Seropédica somente se emancipou em 1995. Ao mesmo tempo, a recategorização transformou a área em uma Unidade de Conservação, o que mudou suas demandas e formas de uso, em especial no que diz respeito à moradia, pois depois de sua recategorização, foi vedada a possibilidade de residência de funcionários e suas famílias dentro da UC.

De fato, as hipóteses do porquê da recategorização são diversas e os caminhos de pesquisa seguem abertos.

7. MEMÓRIAS (E USOS) DE UMA FLORESTA CONSTRUÍDA

Apesar da necessidade de referência espacial, a memória dos grupos sociais não se encontra presente apenas na materialidade. O espaço referencial da memória, mais do que aquele composto pelas construções e edificações existentes no presente, é habitado pelas delimitações e ações que ancoraram o grupo àquele espaço no passado (HALBWACHS, 1990). Assim, o espaço referencial da memória é aquele que recebeu as marcas do grupo, apesar da inexistência física dessas marcas no hoje.

Essa materialidade passageira (construções) ou imaterialidade permanente (os rituais do cotidiano) que se deu a partir das realizações do grupo é o que torna coletiva a memória, ou seja, o que retira a memória da categoria de capacidade psicológica de armazenamento e a transforma na identidade de um grupo e na memória de um lugar (ABREU, 1998). É no encontro com as memórias do outro que reforçamos nossa própria identidade e, ao falar do espaço compartilhado por um grupo, fortalecemos a identidade desse próprio grupo entre si e com o lugar. Fazendo com que, em um certo momento, possamos deixar de diferenciar o que de fato é por nós rememorado e o que se tornou memória após a narrativa da lembrança de outra pessoa.

Lowenthal (1998, p. 78) argumenta que “o passado lembrado é tanto individual quanto coletivo. Mas como forma de consciência, a memória é total e intensamente pessoal [...] Recordamos apenas nossas próprias experiências em primeira mão, e o passado que lembramos é intrinsecamente o nosso próprio passado”. O que faz com que, muitas vezes, as lembranças de outras pessoas sobre o passado se mascarem como se fossem nossas, já que “na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade” (LOWENTHAL, 1998, p. 81).

Nas rodas de conversas com ex-moradoras e funcionários da Flona MX esta condição de interdependência entre a memória pessoal e a memória coletiva se tornou muito evidente. Em diversos momentos, o que era declarado por uma pessoa era contra-argumentado pela outra, que apontava fatos e buscava referências externas (como eventos públicos, nascimentos, casamentos, acontecimentos históricos) para confirmar a veracidade de sua versão da memória coletiva.

No caso da Floresta Nacional Mário Xavier, ao falarmos do impacto do grupo no lugar e nas materialidades por ele construídas, podemos começar falando da floresta em si.

7.1. Sementes e raízes: a fixação do grupo ao lugar e o cultivo da floresta

Como vimos, a escolha do local para construção do Horto Florestal de Santa Cruz, além de seu caráter normativo e estratégico, deu-se por sua praticidade. Localizado entre as duas maiores cidades do país (Rio de Janeiro e São Paulo), às margens da estrada que era o mais importante eixo viário do Brasil (Estrada Rio-São Paulo), o terreno do Horto era caracterizado por ser um grande descampado, com pouca presença de vegetação de grande porte. Assim, a floresta foi semeada pelo ser humano.

Inicialmente, com espécies do gênero *Eucalyptus* e, depois, com outras espécies, a floresta começou a ser construída a muitas mãos. No Relatório das Atividades do Horto Florestal de Santa Cruz de 1954, Mário Xavier relata que no período de organização do HFSC, em 1944, a unidade contava com 80 servidores. Todavia, 10 anos depois, em 1954, ao mesmo tempo que aumentavam os encargos, diminuiam-se os servidores, totalizando um grupo de 60 pessoas. Em rodas de conversas e bibliografias sobre a unidade, comumente aparece a quantidade de 120 funcionários para se falar do quadro funcional na era de ouro do local (SOUZA, 2017; VARGAS *et al.*, 2019).

Diversos desses funcionários moravam com suas famílias dentro da unidade, em 2 Vilas Operárias e em casas localizadas ao longo da rua principal do Horto (figuras 17 e 18), totalizando 29 residências funcionais (SOUZA, 2017). A distância de grandes centros de consumo, as famílias numerosas e o baixo rendimento dos funcionários justificava a permissão do cultivo de plantações (roças) nos quintais das residências funcionais. Ao mesmo tempo, a administração mantinha uma horta coletiva que fornecia legumes e verduras a todos os funcionários da repartição (figura 19) (HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ, 1954).

Figura 17. Vila Operária no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Figura 18. Residência funcional no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955)



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Figura 19. Horta comunitária no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Na unidade, havia a criação de gado leiteiro para possibilitar a disponibilização diária (com exceção dos finais de semana) de 2 litros de leite a cada uma das famílias residentes. A memória, caracterizada por ser “afetiva e mágica, [...] não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9). Entre essas lembranças, para as ex-moradoras que participaram das rodas de conversa, estão a horta comunitária e o fornecimento de leite diário:

Denise: Olha, em frente à casa dela [Neise], ali, aquela casinha ali, tem a mercearia, então, tem um murozinho ali; tinha uma hortazinha ali. [...] A gente tinha essa horta comunitária e aquele murinho da mercearia, toda família, todo dia, a gente tava lá com uma garrafinha de 2 litros...

Denise: O que eu não me esqueço aqui é a nossa Horta Comunitária, gente.
Neise: Era a Horta, era o leite, era tudo.
Denise: Mamãe falava assim “Denise, vai lá e pede Seu”, como é que era? Não era Seu Tininho não.
Marize: Tinha um responsável pela Horta.
Neise: Não lembro o nome dele. “Vai lá e pega alface”, “pega couve”. Tudo sem agrotóxico.
Denise: “Pega banana”. “Pega maçã”. “Vai lá e pega cenoura”.

Para adquirir suprimentos, as famílias tinham uma Cooperativa localizada na área do Horto (figura 20), porém, conforme informado pelas ex-moradoras, a Cooperativa somente possuía “o básico”, itens alimentícios presentes na cesta básica, apresentando pouca variedade. Assim, era costume entre os servidores, após se deslocarem até Niterói (município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) para receberem o salário mensal¹⁰, irem até mercados em Campo Grande (bairro do município do Rio de Janeiro) para realizarem as compras do mês, como relatado em roda de conversa:

Marize: E quando tinha o pagamento que ia aquele caminhão imenso...
Neise: Eu lembro desse caminhão.
Denise: A gente passou no triângulo, ali, agora, a gente sentava ali pra esperar o pai da gente chegar...
Marize: Do mercadão.
Denise: Eles recebiam em Niterói, então era um caminhão que ia cheio de gente, naquela época...
Neise: Sabe aquele caminhão bem grande? Com a carroceria grande?
Karine: Aham, eles iam todos lá em cima?
Denise: Não, eles iam receber o pagamento, em Niterói, então, iam naqueles caminhões abertos; hoje, você não pode nem pensar, botar nem bicho, que dirá ser humano.
Karine: Mas os funcionários iam todos em cima?
Neise: Não, iam 2/3, eu acho, pra receber.
Denise: Não, ia todo mundo.
Marize: Não, pras compras, em Campo Grande. Vinha cheio de saco de compras.
Denise e Neise: Ah é, pras compras.
Neise: Pra pagamento, eu não me lembro, mas, pras compras, eu me lembro que o meu pai vinha dirigindo esse caminhão, vinha 2/3 com ele; aí, eles recebiam o pagamento e iam fazer compras, em Campo Grande, então, em cima daquele caminhão, vinha compra de todo mundo, amarrado. Amarradinha com o nome.

¹⁰ À época e até 1975 (ano da reunificação do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara), Niterói era a capital do estado do Rio de Janeiro, estado ao qual pertencia o município de Itaguaí. Sua condição de centralidade reunia instituições como a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, que tinha como uma de suas atribuições “a organização das folhas de pagamento de empregados ativos e inativos e pensionistas” (Camargo, 2020). Provavelmente, o recebimento do pagamento dos rendimentos mensais dos funcionários do HFSC, em Niterói, estava ligada a esta situação. Já que, nos anos 1940 e 1950, diferentes periódicos, como A Manhã, A Noite, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias, em uma coluna intitulada “Pagamentos” realizavam a convocação dos servidores federais para receberem seus vencimentos no Tesouro Nacional.

Figura 20. Cooperativa de Consumo dos Servidores do Horto Florestal (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Nos quintais das casas da unidade era comum a existência de um pomar (figura 21) (quadro 8), conforme apontam os Relatórios das Atividades do Horto Florestal de Santa Cruz de 1951 e 1954 e relatos nas rodas de conversa. Além de contribuir para uma boa qualidade alimentar dos servidores e suas famílias, as árvores frutíferas integravam os hábitos do brincar das crianças que ali viviam, em brincadeiras como gangorra e casinha.

Figura 21. Pomar existente em uma das casas do HFSC/Eflex Santa Cruz (1955)



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Quadro 8. Árvores frutíferas existentes nos pomares residenciais do HFSC/Eflex Santa Cruz.

Cajueiro	Ameixeira	Goiabeira
Abacateiro	Limoeiro	Jaboticabeira
Mangueira	Fruta-do-conde	Jamelão
Laranjeira (laranja pêra, lima, bahia e kinkan)	Mamoeiro	Tamarindeiro
Tangerineira	Jamelão	Pessegueiro
Cacaueiro	Fruta-pão	Limeira-da-pérsia
Goiabeira (branca e vermelha)	Groselha	Jaqueira (jaca mole e dura)
Coqueiro	Abieiro (abiu azul, amarelo e roxo)	Caquizeiro
Sapotizeiro	Jenipapo	Abricó-de-macaco

Fonte: organizado pela autora.

As crianças possuíram um papel importante nesse quesito de construção da floresta. Parte dos cultivos das frutíferas nos quintais se deu porque elas colhiam as frutas do quintal da residência do cozinheiro do administrador, Crispim Laurindo da Silva, conhecido como Seu Alberto.

Denise: O interessante é que, no nosso quintal, em todas as casas, tinha fruta, todas as casas tinham tudo quanto é fruta. Por quê? Porque a gente vinha pra cá, pro terreno dele [Seu Alberto] aqui atrás, o quintal, cheio de fruta, a gente vinha catar, né, Marize? Por catar, simplesmente, porque a gente tinha em casa tudo, aí, a gente vinha catar e ele saía xingando a gente, gritava e a gente saía embora, largava as cascas tudo pra lá. Aí, o que tinha aqui, ele mandava plantar no quintal da gente. Então, lá em casa, tinha ponkan, dava do cacho cair...

As pessoas que construíram a unidade e sua floresta vieram de diferentes lugares do Brasil, formando até mesmo redes de migrantes, como é o caso de duas participantes das rodas de conversa: as famílias de Marize e Denise. A família (materna e paterna) de Marize é originária de Sergipe, e migrou para o distrito de Seropédica com o objetivo de trabalhar no Horto Florestal, assim como outras famílias sergipanas (vindas de municípios como Propriá e Japoatã).

Denise: O Seu Etelvino morava aqui há muitos anos, foi lá do Horto mesmo. A Hunaldete¹¹ já tava com 3 anos, né, e morava aqui. Esse pessoal [famílias vindas de Sergipe], eles vieram depois, foi o Seu Etelvino que trouxe, que arrumou emprego pra eles aqui, no Horto.

Marize: Seu Bráulio, foi. Mas ele ficou um tempão aqui já, sem eles. O Seu Bráulio morou aqui sozinho, depois que a mulher dele veio.

Denise: Mas o Seu Bráulio e o pai dessa menina também [Cida], quando eles vieram, eles ficaram na casa do Seu Etelvino. Aí, depois, conseguiram arrumar uma acomodação pra eles, aqui fora.

A biografia de Mário Figueiredo Xavier (ex-administrador do HFSC) nos dá indícios de que ele foi o ponto de ligação entre as famílias sergipanas que migraram para Seropédica e o Horto Florestal. Em 1937, Xavier foi indicado para assumir a Subinspetoria Agrícola de Sergipe, localizada na cidade de Aracaju, desenvolvendo trabalhos relacionados à mecanização das lavouras de arroz, às margens do Rio São Francisco. Alguns anos depois, no município de Japoatã, chefiou os Serviços Articulados e os Serviços de Plantas Têxteis, dirigindo o Serviço de Algodão, até 1942. O que nos leva a acreditar que foi por sua indicação que foi formada essa rede de migrantes sergipanos para Seropédica¹².

Já a família materna de Denise era parte de uma colônia de imigrantes italianos residentes em Jerônimo Monteiro, no Espírito Santo, que migrou para o distrito de Seropédica, entre o final dos anos 1930 e o início dos anos 1940, com a intenção de trabalhar nos empreendimentos públicos que estavam surgindo na região do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, como a Universidade Rural e o Núcleo Colonial de Santa Cruz.

Denise: Eles vieram pra cá, porque meus tios arrumaram emprego aqui. E, nessa época que eles vieram pra cá, vieram muitas pessoas do Espírito Santo. São 4 famílias enormes, aqui em Seropédica: Tunala, Moffati, Pettini e Resende, mas eu não sou dessa família, mas a gente tem ligação com essa família toda, por conta dos nossos avós, que vieram juntos, os pais deles, os avós deles. Então, foi da região de Jerônimo Monteiro, Muqui, entendeu, Cachoeiro. Então, essas famílias vieram junto com... na verdade, quem criou Seropédica, vamos dizer assim, quem começou, quem habitou Seropédica, de início, foram essas famílias capixabas, que vieram. E essas famílias, essas 4 [Tunala, Moffati, Pettini e Resende], elas se uniram entre elas. A maioria dos membros dessas famílias, eles se casam entre eles, por isso que são 4 famílias enormes e, de início, eles foram se casando entre eles; mas vindos todos de lá, tanto que é que a gente chamava todo mundo de tia. Então era assim, a gente foi criado todo mundo, era todo mundo da mesma igreja, então, essas 4 famílias fundaram a Primeira Igreja Batista (PIB) de Seropédica, que é aquela da Rua 4. Então, você olha e só tem

¹¹ Hunaldete Preto, nascida em Japoatã (SE), foi secretária e administradora da unidade.

¹² Como este é um trabalho de conclusão de curso de uma licenciatura, é extremamente importante ressaltar que essa biografia sobre Mário Xavier foi produzida por um de seus bisnetos, no formato de uma pesquisa escolar. O adolescente, que foi estudante do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi encarregado a produzir uma pesquisa biográfica de uma personalidade e escolheu seu bisavô, criando uma importante fonte de pesquisa não apenas sobre sua vida, mas, também sobre a construção de uma Unidade de Conservação e o processo de povoamento de um município, a atual Seropédica.

capixaba; só tinha capixaba, todo mundo se conhecia e era, na verdade, uma grande família. A gente se tratava como primo.

As atividades laborais no HFSC eram concentradas em 3 áreas principais: administração, silvicultura (produção e catalogação de sementes e mudas) e oficina (mecânica, carpintaria e serralheria). A parte administrativa (figura 22) se concentrava na sede e cuidava das burocracias cotidianas, produzindo relatórios, fazendo contatos e recepcionando os interessados em adquirir mudas do Horto Florestal.

Figura 22. Secretaria – sede administrativa do HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

O setor de silvicultura era o carro chefe da unidade, sendo composto pelas sementeiras, estufas e viveiros (figura 23). A coleta de sementes acontecia dentro da própria unidade, mas também em outras regiões, como a Serra da Bocaina. Até pouco tempo antes da aposentadoria de Jair Costa, ele realizava coletas no Parque Nacional da Serra da Bocaina, muitas vezes acompanhado de Eli Cortes, ex-funcionário da Flona MX. Além disso, havia troca de sementes entre instalações públicas, além da doação e experimentação. Jair Costa relatou, em uma das rodas de conversas, que havia um professor da UFRRJ que, sempre que visitava a Amazônia, trazia sementes deste bioma para a unidade, como sementes de paricá (*Schizolobium amazonicum*) e de gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*).

Figura 23. Vista do viveiro de plantas ornamentais no HFSC (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Alguns dos viveiros eram chamados de ripados, devido a sua estrutura construída por ripas de madeira encaixadas, que eram produto de madeiras extraídas no próprio HFSC. Ao longo da pesquisa, não encontramos registros da prometida produção de 5 milhões de mudas por ano (Rodriguésia, 1945), mas há registros de milhares de mudas e sementes (figura 24) produzidas e distribuídas ao longo dos anos (tabelas 1 e 2). Além de existir, no arquivo da Flona MX, uma grande quantidade de exsicatas¹³ catalogadas na unidade nos anos 1950 (figura 25).

As mudas de essências de florestais e ornamentais produzidas na unidade contribuíram para o reflorestamento e o paisagismo em diferentes lugares do país, inclusive para a arborização de Brasília, no período de sua construção. Como relatou Jair Costa, que foi responsável pelo transporte de caminhão de 130 mudas de pau-brasil da Eflex Santa Cruz até o avião presidencial que decolou para a nova capital do Brasil.

¹³ Exsicatas são amostras de plantas secas e prensadas sobre uma cartolina, acompanhadas de etiquetas com informações sobre o vegetal.

Figura 24. Bandejas com sementes no HFSC/Eflex Santa Cruz (1955).



Fonte: Acervo de Neise Xavier.

Tabela 1. Produção e distribuição anual de mudas na unidade (HFSC/Eflex/Flona MX).

Ano	Mudas produzidas	Mudas distribuídas
1944	–	10.000
1948	716.800	802.190
1950	446.278 [Eucalyptus = 414.029]	411.690
1951	641.087 [Eucalyptus = 540.515]	532.510 [Eucalyptus = 474.151]
1954	631.333 [Eucalyptus = 436.587]	625.175 [Eucalyptus = 434.937]
1965	122.925	94.924
1972	277.617	281.152
1997	40.203	–
1998	23.391	–

Fonte: organizado pela autora.

Tabela 2. Produção e distribuição anual de sementes (HFSC/Eflex/Flona MX).

Ano	Sementes colhidas (kilo)	Sementes distribuídas (kilo)
1950	–	26,8
1951	129,9	86,3
1953	991	–
1954	1.107,2	48,2

Fonte: organizado pela autora.

Figura 23. Exsicata de sabiá sem espinho (1950)



Fonte: Acervo da Flona MX.

Para além da grande quantidade de exsicatas catalogadas, na sede administrativa da Flona Mário Xavier, estão disponibilizados arquivos de diferentes momentos históricos da unidade, principalmente, os que antecedem a era digital. Relatórios, correspondências, solicitações... arquivos que contam a história funcional e relatam o cotidiano passado das diferentes categorias da unidade estão à espera de pesquisas, análises e interpretações para que a construção da floresta seja um processo constante e não apenas um registro pontual ou um compartimento distante na memória coletiva.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Subordinado à Seção de Silvicultura do Serviço Florestal, órgão do Ministério da Agricultura, o Horto Florestal de Santa Cruz foi inaugurado em 15 de setembro de 1945, em consonância com o primeiro Código Florestal Brasileiro, instituído por meio do Decreto nº 23.793 de 1934. Localizado às margens do principal eixo viário do país e próximo ao Núcleo Colonial de Santa Cruz e do que viria a ser a Universidade Rural, o Horto Florestal tinha como principal objetivo a produção de mudas de essências florestais e ornamentais e a experimentação em Silvicultura.

As experiências silviculturais realizadas no formato de talhões florestais materializaram no terreno do local a justificativa para a sua primeira recategorização. Nascia aí a Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz, em 1954. Em 1970, a categoria permaneceu, mas seu nome mudou para homenagear a pessoa que mais tempo administrou a unidade: Mário de Figueiredo Xavier.

Enquanto isso, o local recebia migrantes vindos de diferentes partes do Brasil, que chegavam na região com o objetivo de alcançar melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, não apenas trabalhavam, mas ajudavam a construir e povoar o distrito de Seropédica com suas práticas e costumes.

Em 1986, já subordinada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a Eflex Engenheiro Agrônomo Mário Xavier é recategorizada como Floresta Nacional Mário Xavier, atendendo a finalidades econômicas, técnicas e sociais. Entretanto, o porquê dessa mudança segue cercado de hipóteses, mas sem nenhuma confirmação; além da realidade de que essa transformação foi essencial para que a Flona MX se tornasse o que é hoje: uma Unidade de Conservação.

Mais do que conservar a natureza, a Flona MX é um lugar de memória, sendo o espaço de referência da memória de diferentes grupos que por ela passaram, sejam como moradores ou funcionários. Independente de qual seja o seu futuro, hoje, ela, que sempre foi um espaço público, tem a possibilidade de se firmar como um espaço de efetivo uso público pelos habitantes de Seropédica (que não é mais um distrito e, desde 1995, é um município), tornando-se além de um lugar de memória, um lugar de vivência da população.

9. REFERÊNCIAS

- A MANHÃ. Inaugurado o Horto Florestal de Santa Cruz: o ato teve a presença do chefe do Governo - Foi também visitada a Universidade Rural. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1945. p. 3, 1945.
- A MANHÃ. O ministro visitou o Horto Florestal de Santa Cruz. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1944. p. 11, 1944a.
- A MANHÃ. Reflorestamento em Pernambuco. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1944. p. 4, 1944b.
- A NOITE. Comemorações da “Festa da Árvore”. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1955. p. 7, 1945.
- A NOITE. Distribuição de sementes e mudas pelo Horto Florestal de Santa Cruz. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950. p. 5, 1950.
- A NOITE. Essências florestais e ornamentais para distribuição gratuita. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1954. p. 2, 1954.
- A NOITE. Inaugurada uma das mais importantes obras do Ministério da Agricultura. **A Noite**, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1945. Capa, n. 12.059, 1945b.
- A NOITE. Reflorestamento na Baixada Fluminense: o Horto de Santa Cruz inicia sua distribuição de mudas. **A Noite**, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1944. p. 8, 1944.
- A NOITE. Será inaugurado amanhã o horto florestal de Santa Cruz. **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1945. p. 19, 1945a.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série**, Porto, vol. 14, p. 77-97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALVES, Andrezza Gomes. **Caracterização Fitofisionômica dos principais talhões arbóreos da Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica/RJ**. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019. 74f
- ARQUIVO NACIONAL. Fundo/Coleção EM – Fazenda Nacional de Santa Cruz. **Diretório Brasil de Arquivos**, s.d. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4657>. Acesso em: 14 set. 2022.
- BAZANI, Adamo. História da Rodovia Presidente Dutra: 65 anos e um caminho aberto para o desenvolvimento. **Diário do transporte**, 2016. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2016/01/17/historia-da-rodovia-presidente-dutra-ligacao-rio->

[sao-paulo/#:~:text=A%20liga%C3%A7%C3%A3o%20por%20%C3%B4nibus%20Rio,apenas%205%20quil%C3%B4metros%20eram%20pavimentados](#). Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: 1934a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.713**, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, seção 1, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal com esta baixa. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, seção 1, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.421**, de 28 de dezembro de 1921. Cria o Serviço Florestal do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, seção 1, 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.215**, de 15 de Dezembro de 1911. Subordina ao regime do ensino agrônômico, com a denominação de Horto Florestal, a atual Seção Agronomia do Jardim Botânico. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, seção 1, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9215-15-dezembro-1911-513570-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 93.369**, de 8 de outubro de 1986. Cria a Floresta Nacional Mário Xavier, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1. Brasília DF, 1986. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93369-8-outubro-1986-443490-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 289**, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 1967. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-289-28-fevereiro-1967-376825-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas; MOURA, Jeani Delgado Paschoal; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A Pesquisa de Memória Viva – Uma experiência da sua utilização na Formação dos Professores de Geografia. **Geografia**, v. 12, n. 1, jan/jun 2003, p. 391-402. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6701>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YgVFXTqM44nK7HtGHXQpDtK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CAMARGO, Angélica Ricci. Delegacias fiscais do Tesouro Federal. **Memória da Administração Pública Brasileira**, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/946-delegacias-fiscais-do-tesouro-federal>. Acesso em: 15 set. 2022.

CAMPOS, Renata Ferreira; FÉLIX, Lilian Araújo Grossi; VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner. Política ambiental brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-16, 2011. Disponível em:

<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2541>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CARVALHO, Madalena Grimaldi de. **A difusão e a integração dos shopping centers na cidade:** as particularidades do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-78574/a-difusao-e-a-integracao-dos-shopping-centers-na-cidade--as-particularidades-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Ideologia, memória, esquecimento e as ressignificações dos lugares. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 25-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1386>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. A inauguração do Horto Florestal de Santa Cruz. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1945. p. 7, 1945.

CORREIO DA MANHÃ. A luta contra o deserto. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1956. p. 2, 1956a.

CORREIO DA MANHÃ. CRIAR FLORESTAS para evitar desertos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1955. 1º Caderno, p. 2, 1955.

CORREIO DA MANHÃ. Distribuição gratuita de mudas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1960. 6º Caderno, p.9, 1960.

CORREIO DA MANHÃ. Ministério da Agricultura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. p. 5, 1945.

CORREIO DA MANHÃ. Refloreste! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1956. 4º Caderno, p. 2, 1956a.

CORREIO DE ITAJUBÁ. Essências florestais para distribuição gratuita. **Correio de Itajubá**, Itajubá, 10 de outubro de 1954. Ano VI, n. 270, 1954.

CORREIO PAULISTANO. Horto Florestal de Santa Cruz. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 de setembro de 1945. p. 5, 1945.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Alterado o Regimento do Serviço Florestal. **Diario de notícias**, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943. Segunda seção, p. 11, 1943.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Inaugurado o Horto Florestal de Santa Cruz. **Diario de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1945. Segunda seção, p. 2, 1945.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Mais um horto florestal no Brasil. **Diario de notícias**, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1944. p. 4, 1944.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Mudanças de Essências Para Arborização Dadas Gratuitamente. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1960. p. 4, 1960.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; BRAZ, Vivian da Silva; BARRETO, Cristiane Gomes. Itatiaia, o primeiro parque nacional brasileiro: impressões de viagem e reflexões. In: LEUZINGER, Márcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da Silva; CUREAU, Sandra (org.). **Espaços territoriais especialmente protegidos: extensão, limites e oportunidades**. Brasília: UniCEUB, 2015.

FUNAI. Quem são. **Funai**, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 15 set. 2022.

GALEANO, Eduardo. A paixão de dizer. In: _____. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2019. p. 18.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Areias estéreis e insalubres transformadas em prósperos Centros Agrícolas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1945. p. 8, 1945.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Decretos-leis assinados. **Gazeta de notícias**, 15 de dezembro de 1943. p. 2, 1943.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>. Acesso em: 30 jul. 2022.

HALWBACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª edição. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ. **Relatório das atividades do Horto Florestal de Santa Cruz**. Itaguaí: 1951.

HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ. **Relatório das atividades do Horto Florestal de Santa Cruz**. Itaguaí: 1954.

HORTO FLORESTAL DE SANTA CRUZ. **Relatório de Atividades da Estação Florestal de Santa Cruz**. Itaguaí: 1965.

INDOVINA, Francesco. O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n.5, p.119-123, 2002. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168/6615>. Acesso em: 28 ago. 2022.

JORNAL DO BRASIL. Floresta ameaçada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1994. p. 6, 1994.

JORNAL DO BRASIL. Reservas ecológicas do País estão ameaçadas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1994. p. 8, 1994.

JORNAL DO COMMERCIO. A cidade e o verde. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1985. p. 4, 1985.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LUCENA, Felipe. História do samba-exaltação. **Diário do Rio**, 2015. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-samba-exaltacao/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LUZ, Natalia da. "Somos mediadores da sociedade e utilizamos a palavra como o principal instrumento", diz griot. **Por dentro da África**, 2013. Disponível em: <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/somos-mediadores-da-sociedade-e-utilizamos-a-palavra-como-o-principal-instrumento-diz-griot>. Acesso em: 05 set. 2022

MAWON. Griots: os guardiões das palavras. **Mawon**, 2019. Disponível em: <https://www.mawon.org/post/griots-os-guardiões-das-palavras>. Acesso em: 05 set. 2022.

MORAES, Edite. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. In: **XXIX Simpósio Nacional de História**, nº 29, 2017, Brasília. Anais eletrônicos. Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488656420_ARQUIVO_OsdonosdaFazendaSantaCruz_umabrevehistoriafundiaria.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: _____ (org.). **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 13-43. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 ago. 2022.

O DIA. Inaugurado pelo chefe do governo o horto florestal de Santa Cruz. **O Dia**, Curitiba, 20 de setembro de 1945.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**. 2011. 267 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617002>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PESSUTO, Kelen. Dengbêj - um grito de resistência curdo. **GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/175241>. Acesso em: 5 set. 2022.

PUEBLO of Jemez. Art of Jemez Pueblo. **Pueblo of Jemez**, 2022. Disponível em: <https://www.jemezpueblo.org/about/art-of-jemez-pueblo/>. Acesso em: 05 set. 2022.

RISSATO, Denise; SPRICIGO, Bruno. A política ambiental no Brasil no período de 1970-1999. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 9, p. 20-36, 2010.

RODRIGUÉSIA. Noticiário: Horto Florestal de Santa Cruz. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, p. 125-129, 1945.

SERVIÇO FLORESTAL. **Normas básicas dos trabalhos dos Hortos Florestais**. Rio de Janeiro: 1951.

SILVA, Adriana Ferreira da; DIAS, Rafael de Souza. Memória e Meio Ambiente: a história oral como metodologia na identificação de mudanças ambientais em Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ). **Diversidade e Gestão**, vol. 1, n. 2, dez. 2017. Disponível em: <http://www.itr.ufrj.br/diversidadeegestao/wp-content/uploads/2016/12/12.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Leandro Muniz Barbosa da; SILVA, Julio Pergentino da; BORGES, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v6n14/v06n14a01a.html>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SILVA, Marcio Rufino. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região. **Espaço e Economia** [Online], n. 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16343>. Acesso em: 09 set. 2022.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. A evolução da política ambiental brasileira no século XX. **Achegas.net**, v. 1, p. 26-34, 2005. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, Eneida Maria Mendonça. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SOUZA, Ricardo Luiz Nogueira de. **Restauração da Mata Atlântica: potencialidades, fragilidades e os conflitos ambientais na Floresta Nacional Mário Xavier, Seropédica/RJ**. 2017. 90 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de

Agronomia/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017, Seropédica, RJ. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4657>. Acesso em: 10 de jul. 2022.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Crianças cariocas aprenderão a defender florestas. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1957. p. 7, 1957.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Essências florestais e ornamentais para distribuição gratuita. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 9-10 de outubro de 1954. Ano VI, n. 1954.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Hôrto dá mudas de graça. **Tribuna de Imprensa**, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1960. p. 9, 1960.

VARGAS, Karine Bueno; FARIAS, Heitor; SAMPAIO, Andrea Carmo; BARROS, Regina Cohen; SOUZA, Ricardo Luiz Nogueira de. A Floresta Nacional Mário Xavier como espaço livre de uso público no município de Seropédica-RJ. 1º Edição. Tupã: **ANAP**, 2019, pp. 115-133.

VETROMILLA, Elvira Maria Monks. **Estação Experimental Cascata: 75 anos de pesquisa**. Brasília: Embrapa, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/140413/1/Estacao-Cascata-75-anos-2013-LR.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

VIES. Dengbêj. **Vies**, 2022. Disponível em: <https://vies.wiki/wiki/pt/Dengbêj>. Acesso em: 05 set. 2022.

WHATLEY, William. History and Culture. **Pueblo of Jemez**, 1993. Disponível em: <https://www.jemezpueblo.org/about/history-and-culture/>. Acesso em: 05 set. 2022.